

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	5
2.3 - Outras informações relevantes	7

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	8
3.2 - Medições não contábeis	9
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	12
3.4 - Política de destinação dos resultados	13
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	16
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	17
3.7 - Nível de endividamento	18
3.8 - Obrigações	19
3.9 - Outras informações relevantes	20

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	21
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	32
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	35
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	38
4.5 - Processos sigilosos relevantes	39
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	40
4.7 - Outras contingências relevantes	41

Índice

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	42
5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Política de gerenciamento de riscos	43
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	44
5.3 - Descrição dos controles internos	45
5.4 - Programa de Integridade	47
5.5 - Alterações significativas	49
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	50
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	51
6.3 - Breve histórico	52
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	53
6.6 - Outras informações relevantes	54
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	55
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	57
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	58
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	59
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	60
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	61
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	62
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	63
7.8 - Políticas socioambientais	64
7.9 - Outras informações relevantes	65
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Negócios extraordinários	66
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	67

Índice

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	68
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	69
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	70
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	71
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	72
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	73
9.2 - Outras informações relevantes	74
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	75
10.2 - Resultado operacional e financeiro	91
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	93
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	94
10.5 - Políticas contábeis críticas	95
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	96
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	97
10.8 - Plano de Negócios	98
10.9 - Outros fatores com influência relevante	99
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	100
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	101
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	102
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	104
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	105
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	106
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	107

Índice

12.7/8 - Composição dos comitês	110
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	111
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	112
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	113
12.12 - Outras informações relevantes	114

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	115
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	116
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	120
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	121
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	122
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	123
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	124
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	125
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	126
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	127
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	128
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	129
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	130
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	131
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	132
13.16 - Outras informações relevantes	134

14. Recursos humanos

Índice

14.1 - Descrição dos recursos humanos	135
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	136
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	137
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	138
14.5 - Outras informações relevantes	139
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	140
15.3 - Distribuição de capital	177
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	178
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	179
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	180
15.7 - Principais operações societárias	181
15.8 - Outras informações relevantes	190
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	191
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	192
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	195
16.4 - Outras informações relevantes	196
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	197
17.2 - Aumentos do capital social	198
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	199
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	200
17.5 - Outras informações relevantes	201
18. Valores mobiliários	
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	202

Índice

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	203
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	204
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	205
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	206
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	207
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	208
18.8 - Títulos emitidos no exterior	209
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	210
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	211
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	212
18.12 - Outras informações relevantes	213

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	214
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	215
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	216

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	217
20.2 - Outras informações relevantes	218

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	219
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	220
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	221
21.4 - Outras informações relevantes	222

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Alberto Luiz Lodi

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Júlio Cezar Moreira de Amorim

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

CONCESSIONÁRIA PONTE RIO-NITERÓI S.A. – ECOPONTE**Declaração do Diretor Presidente**

O Sr. **ALBERTO LUIZ LODI**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador do RG No. 57.132.621-3 SSP-SP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física (“CPF/ME”) No. 666.535.766-04, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Gomes de Carvalho, 1.510, conjuntos 31/32, Vila Olímpia, vem, nos termos do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 480/09”) declarar que:

- (a) reviu as informações que foram atualizadas no formulário de referência após a data de sua posse; e
- (b) todas as informações que foram atualizadas no formulário na forma do item “a” acima atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.

02 de setembro de 2019



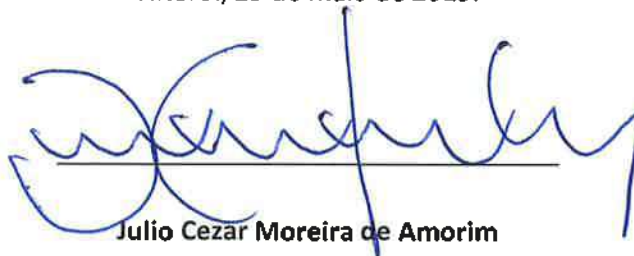
ALBERTO LUIZ LODI

Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Julio Cezar Moreira de Amorim, brasileiro, casado, bacharel em direito, portador da cédula de identidade RG^o No. M6.627.429 (SSP-MG), inscrito no CPF/MF sob o nº 026.560.137-12, com endereço comercial na Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Mário Neves, no. 01, Ilha da Conceição, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A - ECOPONTE ("Companhia"), vem nos termos do anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 480/09"), declarar que:

- a. reviu as informações contidas no formulário de referência da Companhia ("Formulário de Referência"); e
- b. todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na ICVM 480/09, em especial os artigos 14 a 19.

Niterói, 29 de maio de 2019.



Julio Cezar Moreira de Amorim

Diretor de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que os cargos de Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores da Companhia são ocupados por pessoas diferentes. As declarações individuais de cada um dos diretores estão disponíveis nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	24/03/2015
Descrição do serviço contratado	Revisão de Informações Trimestrais (ITRs) e Auditoria Anual das Demonstrações Financeiras
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	No último exercício social encerrado em 2017, o valor do contrato firmado entre a Companhia e a empresa de auditoria independente referente aos honorários, totalizaram o valor de R\$150 mil referente aos serviços Revisões de ITR'S; Auditoria Anual de Demonstrações Financeiras e Revisão Limitada realizada sobre as demonstrações financeiras para atendimento ao Contrato de Concessão firmado com o Poder Concedente. Não foram prestados outros serviços que não tivessem relação com os serviços de auditoria externa.
Justificativa da substituição	Não houve substituição de empresa de auditoria externa no período compreendido neste formulário.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve discordância do auditor.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Ezequiel Litvac	10/11/2016	286.114.518-80	Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909, Torre Norte, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (011) 25733316, Fax (11) 25736826, e-mail: ezequiel.litvac@br.ey.com
Luiz Carlos Passetti	24/03/2015	001.625.898-32	Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Torre 1 - 8º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-900, Telefone (11) 21175299, Fax (11) 21175290, e-mail: luiz.c.passetti@br.ey.com
Luiz Carlos Passetti	16/09/2017	001.625.898-32	Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, Torre Norte, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (011) 25733316, Fax (011) 25736826, e-mail: luiz.c.passetti@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11
Data Início	30/03/2018
Descrição do serviço contratado	Revisão de ITR'S; Auditoria Anual de Demonstrações Financeiras e Revisão Limitada.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Para o exercício corrente de 2018, o valor do contrato firmado entre a Companhia e a empresa de auditoria independente totalizarão o valor de R\$119,5 mil referente aos serviços Revisões de ITR'S; Auditoria Anual de Demonstrações Financeiras e Revisão Limitada
Justificativa da substituição	A substituição ocorrida em função da rotatividade de empresa de auditoria independente, conforme Instrução CVM nº 308, artigo 28 de 14 de maio de 1999.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não há.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Alexandre Cassini Decourt	30/03/2018	257.953.648-51	Avenida Dr.Chucri Zaidan, 1240 - Golden Tower, 4ºao 12ºandar, Vila Cordeiro, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-130, Telefone (11) 51861181, Fax (11) 51861181, e-mail: ricsilva@deloitte.com

2.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”) julgue relevantes para os itens 2.1 a 2.2 deste formulário.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)
Patrimônio Líquido	155.530.881,00	143.598.874,83	123.694.637,94
Ativo Total	334.064.439,23	273.297.552,56	206.172.577,72
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	182.732.160,89	213.848.133,81	164.883.154,85
Resultado Bruto	75.033.715,83	71.496.229,70	68.170.117,82
Resultado Líquido	39.493.052,80	38.411.171,05	43.859.105,10
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	120.000.000	120.000.000	120.000.000
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	1,296091	1,196657	1,030789
Resultado Básico por Ação	0,329109	0,320093	0,365493

3.2 - Medições não contábeis

a. Valor das medições não contábeis

EBITDA – em milhares de R\$	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
EBITDA	72.467	67.074	58.895
Margem EBITDA (% da Receita Líquida)	39,7%	31,4%	35,7%

EBITDA Ajustado - em milhares de R\$	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
EBITDA Ajustado	82.779	75.786	61.326
Margem EBITDA Ajustada (% da Receita Líquida)	66,1%	64,1%	58,7%

b. Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA e Margem EBITDA

EBITDA: corresponde ao Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização .O **EBITDA** não é um medida de desempenho financeiro segundo o *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) ou Práticas Contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) e não deve ser considerado como uma alternativa ao Lucro Líquido, como indicador de desempenho operacional ou como indicador de liquidez. O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte (“Companhia” ou “Ecoponte”), em razão de não considerar determinados custos decorrentes de negócios da Companhia, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

Margem EBITDA: corresponde ao EBITDA dividido pela Receita Líquida.

EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

O **EBITDA Ajustado:** corresponde ao EBITDA Ajustado pelas receitas e custos de construção e pela provisão para manutenção da infraestrutura rodoviária não é uma medida de desempenho financeiro segundo o *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) ou Práticas Contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) e não deve ser considerado como uma alternativa ao Lucro Líquido, como indicador de desempenho operacional ou como indicador de liquidez. O EBITDA Ajustado não tem uma definição única e outras empresas podem calcular de maneira diferente da nossa. O EBITDA Ajustado apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. (“Companhia”), em razão de não considerar determinados custos decorrentes de negócios da Companhia, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. “O EBITDA Ajustado é utilizado pela Companhia como medida adicional de desempenho de suas operações.

Margem EBITDA Ajustado: corresponde ao EBITDA Ajustado/pela Receita Líquida Ajustada.

Receita Líquida Ajustada: corresponde a Receita Líquida excluindo a Receita de Construção. A Receita Líquida Ajustada não é uma medida de desempenho financeiro segundo IFRS ou BRGAAP, não possui um significado padrão e a nossa definição pode não ser comparável com definições de receita líquida ajustada utilizadas por outras companhias.

3.2 - Medições não contábeis

Reconciliação EBITDA (Em R\$ mil)	31/12/2018	31/12/2017	Var %	31/12/2016	Var %
Lucro Líquido	39.493	38.411	2,8%	43.859	89,3%
(+) IR/CS	17.653	18.017	-2,0%	19.627	65,0%
(+) Resultado Financeiro Líquido	6.388	3.502	82,4%	(8.424)	29,8%
(+) Depreciação e Amortização	8.933	7.143	25,1%	3.833	165,3%
EBITDA ⁽¹⁾	72.467	67.074	8,0%	58.895	96,2%
Receita Operacional Líquida	182.732	213.848	-14,6%	164.883	148,5%
Margem EBITDA ⁽²⁾	39,7%	31,4%	8,3 p.p.	35,7%	-9,5 p.p.
(+) Provisão manutenção	10.312	8.712	18,4%	2.431	n.m
(+) Custo construção	57.431	95.546	-39,9%	60.430	n.m
(-) Receita construção	(57.431)	(95.546)	-39,9%	(60.430)	n.m
EBTIDA Ajustado ⁽³⁾	82.779	75.786	9,2%	61.326	104,3%
Receita ajustada	125.301	118.302	5,9%	104.453	78,3%
Margem EBITDA Ajustada ⁽⁴⁾	66,1%	64,1%	2,0 p.p.	58,7%	7,5 p.p.

(1) Nos termos da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, o EBITDA equivale ao resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, em razão de não serem consideradas para o seu cálculo despesas e receitas com juros (financeiras), imposto sobre a renda e contribuição social, depreciação e amortização. Cabe ressaltar que tal indicador tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, ou da receita operacional, como um indicador do desempenho operacional, ou alternativo aos fluxos de caixa operacionais, como medida de liquidez ou capacidade de pagamento da dívida da Companhia.

O EBITDA não deve ser considerado como recursos disponíveis para dividendos. Assim, o EBITDA apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador da rentabilidade da Companhia. O EBITDA pode não ser comparável com o de outras empresas que atuam no mesmo setor ou em setores diferentes, que eventualmente não utilizem a forma de cálculo de EBITDA nos termos da Instrução CVM nº 527/12. Entretanto, a Companhia acredita que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

(2) A Margem EBITDA é o resultado da divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

(3) O EBITDA Ajustado é o lucro líquido adicionado do resultado financeiro líquido, do imposto sobre a renda contribuição social, das depreciações e amortizações e ajustado pela adição da provisão para manutenção e do custo com construção e subtração da receita de construção.

(4) A Margem EBITDA Ajustada é o resultado da divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida ajustada.

3.2 - Medições não contábeis

Endividamento Financeiro Líquido

Endividamento Financeiro Líquido: a soma do passivo referente a empréstimos, financiamentos e debêntures registrados no passivo circulante e no não circulante, diminuído pelo saldo de caixa e equivalentes a caixa. O endividamento financeiro líquido não é uma medida de desempenho financeiro segundo IFRS ou BRGAAP, não possui um significado padrão e a nossa definição pode não ser comparável com definições de dívida utilizadas por outras companhias.

Endividamento (R\$ mil)	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Circulante			
Empréstimos	2.482	1.882	-
Não Circulante			
Empréstimos	77.389	47.393	-
Endividamento Financeiro Bruto	79.871	49.275	-
Obrigações com Poder Concedente	276	269	-
Endividamento Bruto	80.147	49.544	-
(-) Caixas e Equivalentes Caixa	37.926	53.364	63.086
(-) Títulos e valores mobiliários	3.120	-	-
Dívida Líquida	42.221	(3.820)	(63.086)
Endividamento Financeiro Líquido¹	41.945	(4.089)	(63.086)
EBITDA	72.467	67.074	58.895
Caixa Líquido/EBITDA	0,58	(0,06)	(1,07)
EBITDA Ajustado²	82.779	75.786	61.326
Caixa Líquido/EBITDA Ajustado²	0,51	(0,05)	(1,03)

¹ Desconsidera as obrigações com o Poder Concedente

² Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção

c. *Explicar o motivo pelo qual a Companhia entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.*

A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Companhia") entende que a utilização do EBITDA e EBITDA Ajustado como medida de desempenho pode ser mais apropriada para a correta compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

A Companhia acredita que o EBITDA e EBITDA Ajustado retrata seu desempenho sem a influência de fatores ligados, dentre outras coisas, (i) à sua estrutura de capital, como despesas com juros de seu endividamento, flutuações de taxas de juros e outros resultados financeiros, (ii) à sua estrutura tributária, como seu imposto de renda e contribuição social, (iii) às suas despesas com planos de opções de compra de ações, que não têm efeito no fluxo de caixa da Companhia e, (iv) à suas despesas com depreciações e amortizações. Estas características, no entendimento da Companhia, tornam o EBITDA e EBITDA Ajustado uma medida mais prática e mais apropriada de seu desempenho, pois afere de forma mais precisa o resultado advindo exclusivamente do desenvolvimento das atividades de exploração de concessões rodoviárias.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”) por estar registrada na categoria “B”.

3.4 - Política de destinação dos resultados

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
a) <i>regras sobre retenção de lucros</i>	<p>Ao fim de cada exercício a Diretoria elaborará, com base na escrituração mercantil, as Demonstrações financeiras previstas em lei, as quais compreenderão a proposta de destinação de lucro líquido do exercício. Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento), serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento de dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral.</p>	<p>Ao fim de cada exercício a Diretoria elaborará, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em lei, as quais compreenderão a proposta de destinação de lucro líquido do exercício. Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento), serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento de dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral.</p>	<p>Ao fim de cada exercício a Diretoria elaborará, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em lei, as quais compreenderão a proposta de destinação de lucro líquido do exercício. Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento), serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento de dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral.</p>
b) <i>regras sobre distribuição de dividendo;</i>	<p>O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76. Após as deduções legais, o lucro líquido do exercício terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral, a partir de proposta apresentada pela administração, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, pagar juros sobre o capital, nos limites da lei, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório referido no parágrafo anterior. A Companhia poderá, mediante deliberação da totalidade dos membros do Conselho de Administração, levantar balanços mensais, bimestrais, trimestrais ou</p>	<p>O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76. Após as deduções legais, o lucro líquido do exercício terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral, a partir de proposta apresentada pela administração, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, pagar juros sobre o capital, nos limites da lei, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório referido no parágrafo anterior. A Companhia poderá, mediante deliberação da totalidade dos membros do Conselho de Administração, levantar balanços mensais, bimestrais, trimestrais ou</p>	<p>O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76. Após as deduções legais, o lucro líquido do exercício terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral, a partir de proposta apresentada pela administração, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, pagar juros sobre o capital, nos limites da lei, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório referido no parágrafo anterior. A Companhia poderá, mediante deliberação da totalidade dos membros do Conselho de Administração, levantar balanços mensais, bimestrais, trimestrais ou</p>

3.4 - Política de destinação dos resultados

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
	semestrais e distribuir os lucros neles evidenciados, os quais serão levados à conta do lucro apurado nesses balanços, desde que o total dos dividendos pagos ao longo do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o Parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76.	lucros neles evidenciados, os quais serão levados à conta do lucro apurado nesses balanços, desde que o total dos dividendos pagos ao longo do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o Parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76.	lucros neles evidenciados, os quais serão levados à conta do lucro apurado nesses balanços, desde que o total dos dividendos pagos ao longo do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o Parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76.
c) <i>periodicidade das distribuições de dividendos</i>	Dividendo obrigatório: anualmente. Dividendos intermediários: em períodos inferiores conforme deliberação da totalidade dos membros do Conselho de Administração, de acordo com o previsto no Estatuto Social.	Dividendo obrigatório: anualmente. Dividendos intermediários: em períodos inferiores conforme deliberação da totalidade dos membros do Conselho de Administração, de acordo com o previsto no Estatuto Social.	Dividendo obrigatório: anualmente. Dividendos intermediários: em períodos inferiores conforme deliberação da totalidade dos membros do Conselho de Administração, de acordo com o previsto no Estatuto Social.
d) <i>eventuais restrições à distribuição de dividendos por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.</i>	Não há.	Não há.	Não há.
e) <i>se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores</i>	Não há.	Não há.	Não há.

3.4 - Política de destinação dos resultados

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
<i>onde o documento pode ser consultado</i>			

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”) por estar registrada na categoria “B”.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2018	178.533.558,23	Índice de Endividamento	1,14789781	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2018)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Quirografárias		2.757.613,04	6.846.000,00	8.326.000,00	62.217.545,82	80.147.158,86
Total			2.757.613,04	6.846.000,00	8.326.000,00	62.217.545,82	80.147.158,86
Observação							

3.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”) julgue relevantes para os itens 3.1 a 3.8 deste formulário.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a. Ao emissor

O negócio de concessão rodoviária pode ter sua condição financeira e resultados operacionais afetados adversamente caso os mecanismos para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, em virtude de aumento de encargos e/ou de redução de tarifas, não gerem tempestivamente um aumento do nosso fluxo de caixa.

Em caso de alterações das premissas do contrato de concessão, devemos confiar em um mecanismo menos objetivo, previsto em contratos de concessão e na lei, que é o chamado equilíbrio econômico-financeiro. Esse mecanismo permite que tanto nossa concessão quanto o poder concedente possam buscar ajustes para acomodar as alterações imprevistas subsequentes à assinatura do contrato de concessão, que afetariam os elementos econômicos acordados quando da outorga da concessão. Tais ajustes podem resultar, segundo os termos do contrato e com base na regra legal geral, na compensação por meio de alteração do valor das tarifas, nos casos de nossa concessão rodoviária, ajustes nos investimentos previstos, extensão do prazo da concessão, dentre outras formas, inclusive, a combinação dos referidos mecanismos de compensação.

O procedimento para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro pode ser demorado e está sujeito à discricionariedade do respectivo poder concedente. Dessa forma, caso o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não gere, tempestivamente, um aumento de fluxo de caixa, como no caso de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro por meio de alteração do prazo da concessão, redução de investimentos futuros, aumento de valor nominal de tarifas, compensação direta por parte do poder concedente ou ainda a combinação destas alternativas, nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais podem ser afetados adversamente.

Decisões desfavoráveis em processos arbitrais, judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos sobre a Companhia

A Companhia é ré em processos arbitrais, judiciais e administrativos no curso normal dos negócios, em especial nas esferas regulatória, cível, tributária e trabalhista, cujos resultados podem ser desfavoráveis. Decisões contrárias aos nossos interesses que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização dos negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito adverso para nós. Para mais informações acerca dos processos judiciais e administrativos de nossa Companhia, vide item 4.3 deste Formulário de Referência.

O negócio da Companhia pode ser afetado adversamente caso sejam aplicadas sanções decorrentes da não observância das obrigações contratuais e legais.

O não cumprimento das obrigações estipuladas no contrato de concessão celebrado pela Companhia, da legislação e regulamentação aplicáveis poderá ensejar, sem prejuízo da responsabilidade civil, a aplicação de penalidades, como advertências, multas, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com o Poder Público e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Poder Público. A graduação das penalidades a serem aplicadas pelo Poder Concedente observará a natureza e a gravidade dos atos praticados pela Companhia. Na hipótese de aplicação pelo Poder Concedente de penalidades em razão de infração cometida pela Companhia, a nossa imagem e nossos resultados financeiros e operacionais poderão ser afetados de forma relevante e adversamente.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A indenização devida na hipótese de extinção da concessão e bens reversíveis, pode ser insuficiente para compensar a perda do lucro futuro

Nossa concessão está sujeita à rescisão unilateral antecipada em determinadas circunstâncias estabelecidas pela legislação e pelo contrato de concessão. Ocorrendo a extinção da concessão, os ativos sujeitos à concessão serão revertidos ao Poder Concedente. Apesar de termos o direito à indenização do valor desses ativos que não tenham sido completamente amortizados ou depreciados de acordo com os termos do contrato de concessão, em caso de extinção antecipada, não podemos assegurar que esse valor seja suficiente para compensar a perda de lucro futuro.

Em caso de descumprimento do contrato de concessão ou da legislação aplicável, estamos sujeitos à caducidade da respectiva concessão, ou seja, tal concessão poderá ser extinta por decretos do Poder Concedente, após instauração de processo administrativo e comprovação da inadimplência. A declaração da caducidade ocorre sem indenização prévia, havendo indenização apenas de parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, sendo que no caso de término de concessões por inadimplemento contratual, o valor de eventuais indenizações devidas pode teoricamente ser reduzido a zero, pela imposição de multas ou outras penalidades. Declarada a caducidade, o respectivo Poder Concedente não é responsável por quaisquer encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com nossos empregados.

Existem riscos para os quais a cobertura de seguro contratada pode não ser suficiente para cobrir os eventuais danos que possamos incorrer em nossas operações

Os negócios da Companhia estão sujeitos a inúmeros riscos e incertezas que podem resultar em danos, ou destruição dos ativos (rodovias, pontes e demais obras-de-arte), equipamentos e veículos assim como danos às pessoas ou ao meio ambiente.

A Companhia possui apólices de seguro vigentes de acordo com as práticas usuais de mercado as quais tem cobertura contratada em concordância com os limites estipulados nos contratos de concessões, incluindo seguro garantia, responsabilidade civil geral, riscos nomeados, *All Risk*, riscos de engenharia e responsabilidade civil de obras, dentre outros.

No entanto, existem determinados tipos de riscos que podem não estar cobertos pelas apólices contratadas. Os seguros contra riscos, incluindo responsabilidade por poluição ambiental súbita, podem não estar disponíveis a um custo razoável e absoluto.

Assim, na hipótese de ocorrência de quaisquer desses eventos não cobertos, poderemos incorrer em custos e despesas adicionais, o que poderá afetar os resultados operacionais.

Além disso, não podemos garantir que, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto por uma das apólices de seguro contratadas, o pagamento da indenização pela companhia seguradora seja suficiente para cobrir integralmente os danos decorrentes de tal sinistro.

Interrupções das operações ou degradação da qualidade dos serviços poderão ter efeito adverso sobre os negócios, condição financeira e resultados operacionais.

A operação de nossa rodovia requer complexas tecnologias, sistemas de informatização e recursos de operação, os quais estão sujeitos a fatores de riscos endógenos e exógenos que poderão acarretar dificuldades operacionais e interrupções não previstas nas nossas operações.

Estes eventos incluem acidentes, quebra ou falha de equipamentos ou processos, desempenho abaixo de níveis esperados de disponibilidade e eficiência dos ativos e catástrofes como explosões, incêndios, fenômenos naturais, colisões em pilares de sustentação, sabotagem ou outros eventos similares, podendo afetar as receitas que a Companhia auferir em decorrência

4.1 - Descrição dos fatores de risco

da operação e manutenção de suas instalações relacionadas aos serviços, demanda dos usuários e clientes e preços praticados.

Cabe ressaltar que nossa rodovia possui acessos às vias de grande circulação nas cidades de Niterói e Rio de Janeiro. No caso de interrupção de tráfego nestas vias por motivos diversos como obras de emergência ou de infraestrutura, catástrofes, alagamentos, manifestações ou operações policiais, o acesso poderá, temporariamente, ser restrito ou impedido sem que possamos tomar qualquer atitude para reverter tal quadro. Redução ou interrupção de tráfego poderá comprometer significativamente nossos resultados financeiros durante esse período.

Gastos ou investimentos inesperados em nossos projetos podem impactar adversamente nossa condição financeira e nossas operações.

Nossa capacidade de concluir adequadamente os projetos em andamento ou futuros projetos adicionais que possam ser exigidos pelo contrato de concessão, está sujeita, dentre outros fatores, ao custo e/ou falta de mão de obra e de matéria-prima, mudanças na economia em geral, condições de crédito e negociais, inadimplência ou adimplência insatisfatória dos contratados e subcontratados, negociações com o poder público e riscos políticos, greves e; ou paralisações da mão de obra, bem como interrupções resultantes de problemas de engenharia imprevisíveis.

Esses fatores podem aumentar significativamente nossos custos de construção e resultar ainda na aplicação de multas pelo Poder Concedente que, caso não sejam repassados a terceiros, poderão afetar o fluxo de caixa e, conseqüentemente, nossos negócios e resultados.

As operações de concessão de rodovia, podem ser impactadas, pela flutuação nos preços do petróleo e etanol, ocasionando queda na receita e aumento dos custos de manutenção e dos projetos de construção.

O aumento no preço dos combustíveis traz impacto direto no setor de infraestrutura afetando o volume de tráfego tanto comercial e de passeio, o custo de manutenção e dos projetos de obras das rodovias.

Assim, as flutuações no preço do petróleo ou do etanol, e outros eventos que impactam estes preços, estão fora de nosso controle e caso ocorram, poderão causar impacto substancial sobre os setores, o que pode afetar adversamente os nossos negócios, resultados financeiro e operacional.

Podemos não conseguir executar integralmente nossa estratégia de negócios.

A capacidade de realizar a estratégia de negócios da Companhia depende de nossa habilidade em:

- a) operar, assinar aditivos e renovar a concessão;
- b) otimizar nossa estrutura de capital;
- c) ampliar nossa eficiência operacional, como, por exemplo, por meio da obtenção de economias de escala, administração eficiente de custos de construção, operação, manutenção aproveitamento de sinergias e terceirização de serviços;
- d) aprimorar continuamente nossa política de gestão e sucessão de conhecimento e retenção de executivos chave.

Além disso, eventos adversos (políticos, econômicos, sociais e climáticos, dentre outros), podem fazer com que a Companhia não seja capaz de cumprir os objetivos estratégicos.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A ocorrência de quaisquer dos fatores acima mencionados pode afetar negativamente nossa capacidade de implementar a estratégia de negócios, bem como afetar de forma adversa nossos negócios e resultados financeiros e operacionais.

Acontecimentos e a percepção de riscos no Brasil e em outros países podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive da negociação de valores mobiliários que a Companhia venha a emitir, e causar um impacto negativo em nossa condição financeira.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países (inclusive países da América Latina, economias emergentes e países desenvolvidos).

Embora a conjuntura econômica desses países seja diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive dos valores mobiliários que a Companhia venha a emitir.

Crises em outros países podem afetar adversamente a disponibilidade de crédito para empresas brasileiras no mercado interno e externo, a saída significativa de recursos do País e a diminuição na quantidade de moeda estrangeira investida no País, podendo, ainda, reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários que a Companhia venha a emitir.

Uma crise ou deterioração econômica em outros mercados poderá ter um efeito adverso na nossa capacidade de captar recursos, seja via empréstimos junto a instituições financeiras, seja via mercado de capitais.

Além disso, as instituições financeiras podem não estar dispostas a renovar, estender ou conceder novas linhas de crédito em condições economicamente favoráveis, ou até mesmo serem incapazes ou não estarem dispostas a honrar seus compromissos. Qualquer dos acontecimentos acima mencionados poderá prejudicar a negociação de nossos valores mobiliários, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das nossas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

Podemos enfrentar barreiras e desafios para ter acesso ao mercado de capitais

Novos investimentos poderão exigir o aporte de recursos adicionais que poderão não estar disponíveis ou, caso estejam, poderão dispor de condições insatisfatórias.

A construção e operação de nossos ativos requerem fontes sustentáveis e confiáveis de financiamento. Tradicionalmente, a maior parte dos financiamentos em infraestrutura vem de fontes nacionais. A experiência recente tem mostrado que o financiamento público vem sofrendo reduções.

As condições da economia e da política brasileira e a percepção dessas condições nos mercados nacional e internacional impactam diretamente nossos negócios e acesso ao mercado de capitais e ao mercado de dívida nacional, o que pode afetar adversamente os resultados de nossas operações e condições financeiras.

Nosso negócio, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais poderão, também, ser afetados negativamente por mudanças em políticas governamentais, bem como por fatores econômicos e do mercado financeiro em geral, incluindo:

- Flutuação dos índices financeiros

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- Liquidez dos mercados domésticos de capitais e de empréstimos;
- Preço de *commodities*;
- Políticas do governo que afetam a infraestrutura do Brasil;
- Política fiscal;
- Políticas de controle cambial;
- Outros desdobramentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afetem o País.

Tais eventos podem afetar o acesso da Companhia às linhas de financiamento e ao fluxo de capitais, impactando em sua capacidade de financiamento e, conseqüentemente, na execução da estratégia definida pela administração.

Podemos não ser capazes de concluir os programas de investimentos previstos e/ou não alcançar o retorno dos investimentos esperados por nossos acionistas.

Se não formos capazes de: concluir adequadamente os projetos em andamento ou futuros projetos adicionais que possam ser exigidos pelo contrato de concessão detido pela Companhia, absorver o aumento de custos de mão-de-obra e de matérias-primas, nossos custos de implementação e operação de ativos podem ter aumento significativo, caso não sejam repassados a terceiros, o que poderá afetar nosso fluxo de caixa, nossa condição financeira, nossos resultados e não alcançar o retorno dos investimentos esperados por nossos acionistas.

Podemos não ser capazes de aprimorar continuamente nossa política de gestão e sucessão de conhecimento e retenção dos executivos chave

Nossa capacidade de manter nossa posição competitiva depende em larga escala do desempenho de nossa administração, executivos chave e colaboradores dos diferentes níveis da organização, em função do modelo de negócio adotado pela Companhia.

Apesar de nossos programas de incentivos e retenção, assim como nosso monitoramento do plano de sucessão com vistas a mapear necessidades futuras de recursos humanos estratégicos, identificar e desenvolver talentos internos para a ocupação futura de tais posições, não há nenhuma garantia de que seremos capazes de manter a nossa atual administração ou atrair novos executivos chave qualificados e capacitados e em condições de assumir posições estratégicas na estrutura hierárquica, em razão de ausências planejadas ou repentinas.

O sistema de controles internos dos processos de Governança Corporativa e Ética Empresarial podem apresentar falhas e ocasionar multas regulatórias, riscos operacionais e financeiros e danos à imagem da Companhia

A Companhia envida esforços permanentemente para aperfeiçoar suas práticas de Governança Corporativa e Ética Empresarial, assim como o sistema de controles internos, inerentes aos processos e atividades. No entanto, a Companhia opera em um ambiente complexo onde suas atividades estendem-se por várias jurisdições, estruturas regulatórias complexas e esferas federais, estaduais e municipais de atuação.

A Companhia pode estar exposta à terceiros, fornecedores ou parceiros comerciais, que tenham ou venham a ter problemas relacionados aos crimes de corrupção ou fraude junto ao setor público sem que se tenha conhecimento.

Os processos de Governança Corporativa e cumprimento de obrigações, que incluem identificação e mitigação de riscos por meio de controles internos com foco nas informações divulgadas em seus relatórios financeiros, podem não ser capazes de evitar futuras violações das leis, de padrões contábeis, de boas práticas de Governança Corporativa e Ética Empresarial.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O descumprimento das leis aplicáveis à Companhia, por parte de colaboradores ou administradores da Companhia, pode resultar em multas, perda de licenças operacionais e prejuízos à reputação da Companhia.

A prática de gestão de riscos da Companhia pode não ser capaz de identificar violações aos princípios de Governança Corporativa e Ética Empresarial do Grupo EcoRodovias por terceiros, fornecedores ou parceiros comerciais, colaboradores e administradores da Companhia, o que pode acarretar em prejuízos operacionais, financeiros ou reputacionais.

b. Ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Nossos interesses podem divergir do acionista majoritário indireto, representado pela Primav Infraestrutura S.A., podendo resultar em conflitos de interesse entre o acionista majoritário indireto, a Companhia e os demais acionistas

A Primav Infraestrutura S.A. é a nossa acionista controladora indireta. Isto possibilita, sem que seja necessário o consentimento dos demais acionistas, eleger indiretamente a maioria de nosso conselho de administração, destituir conselheiros, controlar a nossa administração e nossas políticas, determinar o resultado de grande parte das matérias submetidas à apreciação dos acionistas, agir em seu próprio interesse na qualidade de acionista controlador indireto.

c. A seus acionistas

Podemos não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares de nossas ações.

De acordo com nosso Estatuto Social, devemos pagar aos nossos acionistas o mínimo de 25% de nosso lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades Anônimas, sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio.

Nosso Estatuto Social permite o pagamento de dividendos intermediários, à conta de balanços intermediários ou intercalares, mensais, bimestrais, trimestrais ou semestrais e distribuir os lucros neles evidenciados, os quais serão levados à conta do lucro apurado nesses balanços, desde que o total dos dividendos pagos ao longo do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o Parágrafo 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76. A Companhia poderá ainda pagar juros sobre o capital próprio, limitados aos termos da lei. Os dividendos intermediários ou intercalares e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades Anônimas e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Além disso, a Lei das Sociedades Anônimas permite que uma companhia aberta, como nós, suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seja incompatível com a situação financeira da Companhia. Caso qualquer destes eventos ocorra, os proprietários de nossas ações podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

d. A suas controladas e coligadas

Não se aplica à Companhia.

e. Aos seus fornecedores

Dependemos de terceiros em serviços essenciais para gerir nossas operações

A Companhia celebra contratos com terceiros para as realizações nas áreas de engenharia e obras, manutenção, atendimento aos usuários, e fornecimento de tecnologia de infraestrutura, e outros serviços nas operações de concessões de rodovias.

A revogação ou rescisão desses contratos com estes terceiros ou nossa incapacidade de renovar esses contratos ou negociar novos contratos com outros prestadores de serviços a valores comparáveis poderá afetar nossos negócios e nosso desempenho financeiro.

A negligência ou incidência de um ato ilícito de um terceiro contratado poderá nos expor a riscos de descumprimento de cláusulas contratuais, danos ao meio ambiente, aos usuários, colaboradores e sociedade em geral, assim como descumprimento de requisitos regulatórios que possam comprometer a imagem de nossa Companhia.

A crise hídrica e energética pode afetar adversamente o negócio da Companhia e os resultados de suas operações.

O baixo nível de investimentos e a precipitação abaixo dos níveis habituais no passado resultaram em baixo índice dos reservatórios e capacidade hidrelétrica crítica no Sudeste, Centro-Oeste e demais regiões do Brasil. Fontes alternativas de geração de energia têm frequentemente sido adiadas devido a questões regulatórias, dentre outras. Caso o Brasil venha a sofrer falta de energia (quer em função das condições das hidrelétricas, das limitações de infraestrutura ou de outra forma), podem vir a ser instituídas medidas para limitar ou racionar a utilização de energia elétrica.

Dessa forma, as nossas receitas podem ser adversamente afetadas pelos efeitos negativos que a falta de energia elétrica pode ter no cenário macroeconômico. Além disso, podemos vir a ser adversamente afetados pelo impacto da falta de energia nas atividades dos nossos principais fornecedores. Qualquer referida falta de energia ou racionamento aplicável pode vir a ter um efeito adverso em nossos negócios e resultados operacionais.

f. A seus clientes

Estamos expostos aos riscos de receita e tráfego

A maior parte das receitas da Companhia é oriunda da operação de concessão da rodovia e depende do volume e da frequência de veículos comerciais e de passeio que trafegam em nossa rodovia.

Mesmo havendo um nível razoável de confiabilidade nas previsões, a demanda de tráfego pode ser afetada pela concorrência de outros modais de transportes, assim como em função das condições macroeconômicas e climáticas, causando alterações usuais na demanda de tráfego.

Os volumes de tráfego são muito sensíveis ao crescimento econômico e da renda, assim como ao nível da atividade econômica, da inflação, do aumento das taxas de juros, do aumento do preço dos combustíveis ou das tarifas de pedágio, da criação de novas opções de transporte ou de outros fatores.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Tal efeito poderia surgir, também, diretamente de circunstâncias pessoais dos usuários ou indiretamente de uma redução no comércio em geral, levando ao uso reduzido de veículos comerciais. A redução no volume de tráfego afetaria adversamente nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Picos sazonais de tráfego, no inverno e no verão, podem variar significativamente dependendo do clima e as condições do mercado turístico. Não podemos garantir que seremos capazes de adaptar nossas operações em resposta a mudanças abruptas no volume de tráfego e receita de pedágios, o que pode afetar negativamente o nosso negócio e a nossa condição financeira.

g. Aos setores da economia nos quais o emissor atue

Aumento na concorrência nos setores onde atuamos poderá reduzir nossas receitas e nossa participação no mercado

Em rodovias, nossos principais concorrentes são as rodovias sob administração direta do governo federal e dos governos estaduais e municipais e rodovias sob administração privada, além do modal ferroviário. Com relação às rodovias administradas diretamente pelos governos federal, estaduais e municipais, verificamos que, apesar de se encontrarem em pior estado de conservação e por isso serem menos atrativas para os motoristas em geral, elas não cobram pedágio e, dessa maneira, desviam parte do tráfego das rodovias que operamos. À medida que seja dado andamento aos novos programas de concessão, estaremos sujeitos a um aumento na concorrência de outras rodovias sob administração privada, além do desenvolvimento de outros modais de transporte, que poderá afetar adversamente nossos resultados operacionais e financeiros.

h. À regulação do setor em que o emissor atue

A discricionariedade do Poder Concedente pode afetar adversamente os nossos resultados operacionais e nosso crescimento.

Em nossa atividade de operação de concessão rodoviária, nosso contrato é firmado com Poder Concedente, sendo que estamos sujeitos a um ambiente altamente regulado.

Os contratos de concessão são contratos administrativos regidos pelas leis brasileiras, as quais fornecem ao Poder Concedente certa discricionariedade para determinar, motivadamente, nos editais de licitação, os termos e condições aplicáveis às concessões administradas pela Companhia. Caso tenhamos que efetuar investimentos adicionais como resultado de uma medida não prevista nos contratos, ou, ainda, como resultado de medidas unilaterais por parte do Poder Concedente, nas hipóteses previstas na legislação, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais podem ser afetados adversamente, caso não seja realizado equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Atitudes como essas ou a edição de normas ainda mais rígidas, em razão do interesse público, poderão afetar nossa capacidade de atender a todos os requisitos exigidos pelos processos regulatórios e nossos resultados de forma adversa.

Adicionalmente, podemos ser afetados pelas decisões dos governos federal, estaduais e municipais com relação à decisão de: (a) promoverem o desenvolvimento de vias ou infraestruturas alternativas e eventualmente concorrentes às concessões, detidas por nossas Controladas; (b) não prosseguir com o programa de concessão de rodovias, não promover novas licitações para concessões de rodovias ou estabelecer critérios mais rigorosos de participação, o que poderá afetar o crescimento orgânico da Companhia; ou (c) estabelecer normas mais rigorosas quanto aos negócios das concessionárias, limitando a capacidade de crescimento de concessionárias ou implementação de sua estratégia comercial.

Ademais, o Poder Concedente possui a função de fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas nos termos dos respectivos contratos de concessão. Caso sejam apurados

4.1 - Descrição dos fatores de risco

descumprimentos de obrigações contratuais e/ou regulamentares quanto ao objeto da concessão, poderão ser aplicadas diversas penalidades às concessionárias, incluindo multas pecuniárias.

A regulamentação governamental afeta as nossas operações e pode aumentar o custo do negócio, restringir nossas operações e resultar em atrasos operacionais

Nossas operações estão sujeitas a leis e normas que regem: relação de trabalho, a saúde e a segurança do trabalhador, saúde ocupacional, contratação, descarte de resíduos, proteção ao meio ambiente, transporte de substâncias perigosas, importações, exportações, impostos e outras questões. É possível que mudanças futuras nas leis, normas e acordos aplicáveis ou mudanças na execução ou interpretação regulatória resultem em alterações nas exigências legais ou nos termos de alvarás, permissões, licenças e contratos existentes aplicáveis a nós, o que poderia ter impacto negativo significativo sobre os negócios, os resultados operacionais ou a nossa situação financeira. Quando exigida, a obtenção de alvarás e licenças necessárias para continuidade das operações pode significar um processo complexo e demorado e não há como garantir se qualquer alvará, permissão, licença ou autorização necessário será obtido e, quando obtido, se mediante condições aceitáveis ou em momento oportuno. Os custos e atrasos associados à obtenção dos alvarás e licenças necessários poderiam interromper ou atrasar significativamente ou até restringir algumas das nossas operações.

O descumprimento das leis, normas, alvarás ou licenças aplicáveis, mesmo que inadvertidamente, poderá resultar na interrupção ou término de determinadas operações ou em multas, penalidades ou outras obrigações significativas que poderiam ter um efeito significativo adverso sobre os nossos negócios, os nossos resultados operacionais ou a nossa situação financeira.

Estamos sujeitos a diversas leis e regulamentos ambientais que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores investimentos de capital

Somos comprometidos com as melhores práticas de sustentabilidade e proteção ao meio ambiente, e isto requer o investimento de recursos e esforços da nossa administração. Além disso, as nossas operações estão sujeitas a extensa legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente.

O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância destas normas. Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas no valor de R\$ 500,00 a R\$ 50.000.000,00, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva de nossas atividades.

A aprovação de leis e regulamentos de meio ambiente mais rigorosos podem nos forçar a destinar maiores investimentos de capital neste campo e, em consequência, alterar a destinação de recursos de investimentos já planejados. Tais alterações poderiam ter efeito adverso relevante sobre as nossas condições financeiras e sobre os nossos resultados. Além disso, a inobservância da legislação relativa à proteção do meio ambiente, como por exemplo, no caso de ausência de licenças ambientais que sejam exigidas para nossos empreendimentos e atividades, pode implicar a imposição de sanções penais, sem prejuízo das sanções administrativas e da obrigação civil de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados. As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, a prisão dos responsáveis, bem como a perda ou restrição de incentivos fiscais, cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, assim como a proibição de contratar com o poder público, o que pode ter impacto negativo em nossas receitas ou, ainda, inviabilizar nossas captações de recursos junto ao mercado financeiro.

As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação de licenças ambientais, assim como a nossa eventual impossibilidade de atender às

4.1 - Descrição dos fatores de risco

exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação, a operação e a ampliação dos nossos empreendimentos. As exigências ambientais adicionais que venham a ser impostas no futuro em razão de alterações na legislação ambiental ou no impacto ambiental de nossas atividades, assim como a nossa incapacidade de obter as licenças ambientais necessárias, podem exigir que incorramos em custos adicionais significativos e podem acarretar um efeito adverso relevante em nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais.

Potenciais impactos financeiros ou de fluxo de caixa decorrentes da alteração de entendimento para a incidência de IPTU.

Em decisões do Supremo Tribunal Federal - STF da incidência do IPTU sobre imóvel de pessoa jurídica de direito público cedido à pessoa de direito privado podem implicar na cobrança deste imposto. Nos recursos extraordinários RExts 594.015 e 601.720, por exemplo, o STF determinou que a imunidade tributária não se estende a empresa privada arrendatária de imóvel público exploradora de atividade econômica com fins lucrativos. A jurisprudência do STF se aplica a situações fáticas e de direito distintas daquelas que regem o regime de concessão de rodovias. Recentemente o STF ao julgar a Reclamação 32.7717/SP em questão portuária ratifica nossa tese da aplicabilidade da imunidade recíproca às empresas que, a despeito de ostentarem natureza privada, prestam serviços essencialmente públicos. Contudo, caso não se reconheça a distinção, bens públicos que integram as concessões rodoviárias, tais como praças de pedágio, passarelas, trechos rodoviários etc., poderão ser passíveis de incidência de IPTU. A concessionária entende ser passível de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão rodoviária essa cobrança do IPTU. Caso haja demora na definição ou ausência do reequilíbrio, pode haver impacto adverso nas condições financeiras da Companhia.

i. **Aos países estrangeiros onde a companhia atue**
Não se aplica à Companhia

j) **As questões socioambientais**

Os riscos associados a acidentes geológicos, mudanças climáticas e catástrofes ambientais podem impactar os nossos ativos, resultados financeiros e estão relacionadas a:

- Danos ou perda de ativos: Algumas das áreas por onde passam nossas rodovias estão sujeitas a riscos de acidentes geológicos decorrentes de chuvas intensas e irregularidades naturais do solo, dentre outros fatores, o que pode causar deslizamentos, desmoronamentos e quedas de barreiras e provocar a interdição da pista;
- A escassez/excesso de chuvas pode ocasionar a quebra em safras, com impacto negativo nos resultados da arrecadação rodoviária;
- O excesso de chuva pode ocasionar a redução de tráfego de veículos de passeio, influenciado pela condição climática, sobretudo nos fins de semana e feriados.

Movimentos sociais, greves e paralisações podem impactar a geração de caixa da Companhia com a diminuição da receita e aumento dos custos para acionar os planos de gestão de crises que mitiguem o impacto destes eventos

O Brasil vem passando por movimentos sociais de grande impacto como a greve dos caminhoneiros que representa ameaças à rotina operacional de nossas rodovias, assim como danos às pessoas e/ou usuários, comunidades lindeiras e no seu entorno.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Não podemos assegurar que o trecho sob administração da Companhia não estará sujeito a invasões ou ocupações por estes grupos. Nestes casos, nossas ações e esforços de mitigação buscam preservar nossa operação, a segurança dos usuários e das comunidades lindeiras, com o apoio da Polícia Rodoviária Federal, responsável pelo reestabelecimento da ordem pública.

A implantação de estruturas rodoviárias, trazem impactos socioambientais que requerem tratamento adequado durante o ciclo de obra e posteriormente na operação da rodovia.

Alguns dos principais impactos ambientais, tanto positivos, como negativos, decorrentes da implantação de uma rodovia são:

- **No meio Socioeconômico:** conflito de uso e ocupação do solo; alterações nas atividades econômicas das regiões por onde a rodovia passa; mudanças nas condições de emprego e qualidade de vida para as populações; segurança do tráfego, ruído, vibrações, emissões atmosféricas que pode ter efeito sobre a saúde humana; desapropriações residenciais e comerciais/institucionais; riscos ao patrimônio cultural, histórico e arqueológico; travessias/intrusão urbana.
- **No meio biótico:** impedimento dos processos de intercâmbio ecológicos por corte de áreas; risco a áreas protegidas e a biótopos ecológicos importantes; aumento da pressão sobre ecossistemas terrestres e aquáticos; poluição em ambientes aquáticos e riscos para a vida aquática (o lixiviado da lavagem das pistas que cai em corpos d'água superficiais, pode alterar a sua qualidade, aumentar seus nutrientes e gerar processos de eutrofização na baía).
- **No meio físico:** retirada de solos; indução a processos erosivos/ voçorocas em antigas áreas exploradas; rompimento de fundações; terraplenagem, empréstimos e bota-foras; degradação de áreas de canteiro de obras; risco para a qualidade de água superficial (aumento da turbidez) e subterrânea por concentração de poluentes; alagamentos, decorrentes do represamento por Obras de Arte Correntes e sistema de drenagem (pontes, viadutos) mal posicionados e/ou obstruídos.

A população pode reagir negativamente à cobrança de pedágio e aos reajustes periódicos de tarifas

Com quase vinte anos, a prática de operação de rodovias por concessionárias do setor privado é relativamente recente no Brasil. Antes da implementação dos programas de concessão de rodovias, os pedágios eram cobrados em poucas estradas brasileiras. Desde então, a cobrança das tarifas tem aumentado e, provavelmente, continuará a levantar reações negativas dos usuários, especialmente dos caminhoneiros, que recentemente organizaram protestos e bloquearam estradas na tentativa de pressionar os governos a reduzirem as tarifas cobradas ou isentar determinados usuários de pagar pedágio.

Estes protestos podem influenciar as decisões das autoridades concedentes no tocante à cobrança de tarifas de pedágio, como também podem reduzir a receita dispersando o tráfego das vias pedagiadas. Estes fatores podem afetar negativamente nossos resultados operacionais e financeiros.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

A Companhia está exposta aos riscos financeiros oriundos do curso natural de seus negócios que correspondem a possibilidade de perdas financeiras ou econômicas resultantes das flutuações nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia relacionadas a volatilidade da taxa de juros e inflação.

A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração.

Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Risco relacionado ao volume de tráfego e receita de pedágios

A maior parte de nossas receitas tem sua origem da cobrança de pedágios e pode ser afetada por mudanças no volume de tráfego, aumento das tarifas dos pedágios e reações dos usuários ao aumento das tarifas. Volumes de tráfego estão condicionados a fatores diversos, incluindo a qualidade, conveniência e tempo de viagem em rodovias não pedagiadas ou rodovias pedagiadas fora da nossa rede, à qualidade e estado de conservação das nossas rodovias, preço dos combustíveis, normas ambientais, incluindo medidas de restrição do uso de veículos automotivos visando reduzir a poluição do ar, a existência de concorrência de outros meios de transporte e mudanças no comportamento do consumidor, inclusive por conta de fatores econômicos, socioculturais e climáticos. Picos sazonais de tráfego, no inverno e no verão, podem variar significativamente dependendo do clima e as condições do mercado turístico. Não podemos garantir que seremos capazes de adaptar nossas operações em resposta às mudanças abruptas no volume de tráfego e receita de pedágios, o que pode afetar significativamente o nosso negócio e a nossa condição financeira.

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras de recursos ou de investimentos financeiros. Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitem a Companhia a concentrações de riscos de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer redução de ganhos ou aumento de perdas por consequência de oscilações de taxas de juros e/ou inflação incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta as principais variações:

- Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") relacionado às aplicações financeiras relativas à excedente de caixa investidos em títulos e valores mobiliários indexados em CDI e,

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

- Taxa de juros de longo prazo (TJLP) e relacionado aos nossos financiamentos de máquinas e equipamentos e nossos empreendimentos

A tabela abaixo demonstra a exposição no passivo da Companhia em 31/12/2018 (em R\$ mil):

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
	efetiva - % a.a.				
BNDES	TJLP + 3,48%	9.790	10.467	10.672	115.485

Fonte: DF Ecoponte 2018 - NE 22 - Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e da TJLP, principais indicadores das aplicações financeiras e empréstimos contratados pela Companhia:

Operação (R\$ mil)	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras	Alta do CDI	2.196	2.745	3.294
Juros sobre empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	(7.643)	(8.380)	(9.117)
		(5.447)	(5.635)	(5.823)

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Fonte: DF Ecoponte 2018 - NE 22 - Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI	8,0%	10,0%	12,0%
TJLP	7,0%	8,7%	10,5%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Fonte: DF Ecoponte 2018 - NE 22 - Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Destacamos as demandas abaixo, consideradas relevantes, em razão: (i) da capacidade do processo de impactar de forma significativa o patrimônio da Companhia, sua capacidade financeira ou seus negócios e/ou os de suas Controladas; (ii) da capacidade de impactar de forma significativa os contratos de concessão detidos pelas Controladas; e (iii) de tratarem de ações civis públicas, coletivas e/ou populares.

a) Cíveis

- Concessionária Ponte Rio-Niterói S/A - Ecoponte (“Ecoponte”):

Processo: Ação Civil Pública nº 0080306-22.2016.4.02.5102	
Juízo	1ª Vara Federal de Niterói/RJ
Instância	2ª instância
Data de instauração	15/06/2016
Polo ativo	Ministério Público Federal (MPF)
Polo passivo	Concessionária Ponte Rio-Niterói S/A – Ecoponte; e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)
Valores, bens ou direitos envolvidos	Declaração de nulidade de cláusula do contrato de concessão que determina repasse de verbas à Polícia Rodoviária Federal, e a imposição de obrigação de fazer, sem repercussões econômicas.
Principais fatos	Trata-se de ação civil pública com pedido de tutela provisória de urgência, na qual o MPF insurge-se contra o repasse de verbas pela Ecoponte à Polícia Rodoviária Federal - PRF (Verba de Segurança no Trânsito, prevista na Cláusula 14.11 do Contrato de Concessão), bem como a utilização de recursos da Concessionária para construção de 2 postos de apoio da PRF, reforma de delegacia, aparelhamento da PRF e até mesmo a implantação de radares, sendo todas as obrigações previstas no Contrato de Concessão – Edital 01/2015. Ao final, requer a condenação da Ecoponte a indenizar a diferença tarifária aos usuários lesados mediante execução específica. Em 03/08/2016, fora proferida decisão parcialmente deferindo a medida liminar requerida, para determinar à ANTT que utilize a verba anual disponibilizada pela Ecoponte (cláusula 14.11.1 do contrato), em programas de segurança, prevenção de acidentes, educação de trânsito, comunicação e aparelhamento da PRF, efetivamente, em favor dos usuários da Ponte Rio-Niterói. A decisão foi favorável à Ecoponte, pois reconheceu a legalidade e a regularidade das obras já realizadas, inclusive a instalação de radar, e determinou que, no futuro convênio a ser firmado com a ANTT e PRF, os recursos a serem repassados pela Ecoponte sejam exclusivamente utilizados no patrulhamento da Ponte Rio-Niterói. Em 18/05/2017, foi proferida sentença julgando procedente a ação, condenando a ANTT e a Ecoponte a excluírem os acréscimos de todos os custos contratualmente estabelecidos para o investimento na segurança da ponte. Condenou ainda a Ecoponte à devolução dos valores cobrados a título de pedágio, em dobro, mediante execução específica dos consumidores lesados. A sentença deferiu a tutela de urgência para determinar que a ANTT promovesse a exclusão dos acréscimos de todos os custos, contratualmente estabelecidos para incremento da segurança da Ponte,

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo: Ação Civil Pública nº 0080306-22.2016.4.02.5102	
	incluindo o repasse anual à ANTT, construção e/ou reforma e/ou manutenção de postos de observação e/ou delegacias da Polícia Rodoviária Federal, bem como de sistema de controle de velocidade, mediante uma Revisão Extraordinária da tarifa Básica de Pedágio, com efeitos da tarifa a partir de 1º de junho de 2017. Em 06/06/2017, a ANTT interpôs apelação. Em 09/06/2017, o MPF opôs embargos de declaração para que a sentença fosse adaptada ao pedido, de modo a excluir da condenação o repasse de verbas à ANTT para programas de prevenção de acidentes e segurança no trânsito, bem como do sistema de controle de velocidade. Em 19/06/2017, a ANTT apresentou pedido de atribuição de efeito suspensivo à apelação (proc. n. 0006739-98.2017.4.02.0000), o qual foi indeferido. Em 22/06/2017, a Ecoponte interpôs apelação. Em 11/07/2017, os embargos de declaração do MPF foram acolhidos. Em 26/09/2017, a Ecoponte reiterou os termos de sua apelação, ponderando que as questões atinentes ao custeio de programas para prevenção de acidentes e educação no trânsito e o sistema de controle de velocidade restaram superadas em virtude do acolhimento dos embargos de declaração do MPF. Em 29/09/2017, a ANTT aditou sua apelação. Em dezembro de 2018, aguarda-se julgamento das apelações apresentadas pela Concessionária e ANTT.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de manutenção da procedência do pedido, será determinada a não disponibilização da verba de segurança, prevista na cláusula 14.10 do contrato de concessão à PRF. Sem repercussões econômicas, pois nenhuma verba foi repassada à PRF até o momento (ausência de convênio).

Processo: Ação Civil Pública nº 0225382-43.2017.4.02.5102	
Juízo	1ª Vara Federal de Niterói/RJ
Instância	2ª instância
Data de instauração	16/01/2018
Polo ativo	Ministério Público Federal (MPF)
Polo passivo	Concessionária Ponte Rio-Niterói S/A – Ecoponte; e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)
Valores, bens ou direitos envolvidos	Declaração de nulidade de cláusula do contrato de concessão que obrigada a Concessionária a custear a impressão de penalidades e infrações geradas pelos radares instalados na Ponte Rio-Niterói, bem como se abster de incorporar à tarifa o custo com remessa postal.
Principais fatos	Em 07/03/2018, a tutela de urgência pleiteada foi indeferida. Em 21/03/2018, o MPF interpôs recurso de agravo de instrumento contra esta decisão. Em 28/05/2018, a Concessionária apresentou contestação. Em 18/12/2018, o TRF deu provimento ao recurso interposto para deferir a liminar pleiteada para excluir da tarifa de pedágio os custos de impressão das notificações

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo: Ação Civil Pública nº 0225382-43.2017.4.02.5102	
	de infrações de trânsito e a impressão das notificações de penalidades, bem como os custos com a respectiva remessa postal de notificações de autuações e de notificações de aplicação de penalidades geradas na Ponte Rio-Niterói. Em dezembro de 2018, aguarda-se orientações da ANTT acerca do cumprimento da liminar deferida.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Exclusão da obrigação contratual e da tarifa de pedágio dos custos de impressão e remessa postal das notificações de infração de trânsito e penalidades geradas na Ponte Rio-Niterói.

4.3.1. Em relação aos processos divulgados no item 4.3, indicar o valor total provisionado, se houver.

O valor total provisionado pela Concessionária Ponte Rio-Niterói S/A – EcoPONTE, em 31 de dezembro de 2018 era de R\$80 mil

.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Inexistem demandas, nas quais figuram, de um lado, a Companhia e/ou suas controladas, e de outro, administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Eco PONTE informa não haver processos judiciais além daqueles descritos nos itens 4.3 e 4.4 acima.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Eco ponte (“Companhia”) informa não haver processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, por entender que estes, mesmo quando considerados em conjunto, não são relevantes para a Companhia quando considerados o seu porte e faturamento total, bem como não possuem a capacidade de influenciar a decisão de investimento de investidores da Companhia.

4.7 - Outras contingências relevantes

Em 31 de dezembro de 2017 não há outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – EcoPONTE é uma empresa nacional, portanto, item não se aplica à Companhia.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

5.3 - Descrição dos controles internos

a) *As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las*

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”) por estar registrada na categoria “B”.

b) *As estruturas organizacionais envolvidas*

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”) por estar registrada na categoria “B”.

c) *Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento*

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”) por estar registrada na categoria “B”.

d) *Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente*

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras, efetuado de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., (“Companhia”) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, sobre as quais emitimos parecer, datado de 14 de março de 2019, obtivemos um entendimento dos controles internos que consideramos relevantes para o processo de auditoria, com a finalidade de identificar e avaliar riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras.

Nesse processo, avaliamos os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras na extensão necessária para planejar os procedimentos de auditoria que julgamos apropriados nas circunstâncias para emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Essa avaliação foi efetuada com o propósito acima e não necessariamente identificaria todas as deficiências nos controles internos que poderiam ser deficiências significativas. Assim, não expressamos uma opinião nem conclusão sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

A Administração da Companhia é responsável pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. No cumprimento dessa responsabilidade, a Administração faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação de procedimentos de controle interno ou de medidas corretivas.

Em conexão com o descrito acima e conforme à norma brasileira de auditoria NBC TA 265, equivalente à International Standard on Auditing (ISA) 265, no processo de avaliação de riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras e durante o processo de auditoria, identificamos deficiências nos controles internos descritas no Anexo a esta carta para as quais medidas corretivas devem ser consideradas. A responsabilidade de avaliar as deficiências e tomar medidas corretivas é da Administração da Companhia. Caso tivéssemos executado procedimentos mais extensivos sobre os controles internos poderíamos ter identificado outras deficiências.

Nossos comentários referem-se aos controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras existentes quando da execução de nossos trabalhos de auditoria. Não efetuamos nenhum procedimento de auditoria posteriormente

5.3 - Descrição dos controles internos

à referida data e não foram consideradas em nossos comentários eventuais modificações nos controles internos porventura ocorridas após essa data.

As sugestões de melhoria de controles internos reportadas neste relatório foram disponibilizadas para a Administração. No caso de recebimento dos comentários, estes não foram sujeitos a procedimentos de auditoria; portanto, não emitimos uma opinião nem outra forma de assecuração sobre a adequação e eficácia de nenhuma ação corretiva a ser implementada pela Administração da Companhia.

Este relatório destina-se exclusivamente à informação e ao uso da Administração e dos responsáveis pela governança da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e não foi preparado para e não deve ser utilizado por qualquer pessoa que não essas partes especificadas. Sua divulgação externa pode suscitar dúvidas e originar interpretações indevidas por pessoas que desconhecem os objetivos e as limitações de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Teremos satisfação de discutir nossas recomendações com V.Sas. e fornecer-lhes quaisquer informações adicionais que possam desejar.

e) *A Companhia não possui deficiências de controles internos apontadas pelos auditores independentes que possam gerar riscos de distorções materiais em nossas demonstrações financeiras.*

A partir de 2018 o Grupo Ecorodovias reestruturou seu Programa de Integridade, com a contratação de profissionais dedicados com experiência no mercado de Compliance e implementou diversas medidas de aprimoramento de governança e do seu Programa de Ética e Integridade, tais como: (a) criação de um canal para denúncias anônimas, 24 horas por dia, operado por empresa independente; (b) revisão do código de conduta; (c) criação de Instrução Normativa de Interação com o Poder Público com a implementação de controles de prevenção e transparência para interações com Agentes Públicos; (d) criação de Instrução Normativa de Controle de Fornecedores e programa para avaliar e reavaliar a integridade e reputação dos fornecedores e parceiros; (e) contratação de sistemas de inteligência para monitoramento e análises de integridade; (f) criação de Instruções Normativas e/ou Controles de (i) Recebimento e Oferta de Brindes, Presentes e Entretenimento, (ii) Conflito de Interesses, (iii) Pessoas Expostas Politicamente, (iv) Doações e Patrocínios (em andamento) e (v) Interação com Associações, Concorrentes e Participação em Licitações (em andamento); (g) criação do novo Portal de Ética e Integridade para monitoramento e coordenação de todas as iniciativas e informações; (h) criação de um Canal de Dúvidas para facilitar a interação de colaboradores e terceiros com a área de Compliance; (i) divulgação recorrente das iniciativas, controles, políticas e procedimentos a todos os colaboradores e parceiros; (j) desenvolvimento de novos programas de treinamento eletrônico e presenciais para colaboradores e terceiros; (l) reforço de orçamento para o Programa de Ética e Integridade, (m) revisão de políticas de Suprimentos e Retenção de Documentos, (n) atualização do Plano Diretor de Riscos e Controles Internos, (o) aprimoramento e atualização das matrizes de riscos e (p) disseminação e treinamento das melhores práticas na gestão de riscos e controles internos.

5.4 - Programa de Integridade

O Grupo EcoRodovias possui um Programa de Integridade que visa prevenir, detectar e remediar fraudes e irregularidades no âmbito de seus negócios, reduzindo a exposição da Companhia a riscos de corrupção e focando em temas como a legislação anticorrupção brasileira, controles internos e as ferramentas de gestão do negócio.

Desde 2015, houve uma evolução nas práticas do programa de integridade com a construção de planos de trabalho customizados para diferentes empresas e equipes, abrangendo avaliações de risco anticorrupção nas unidades de negócios. Foram elaboradas normas complementares ao Código de Conduta Empresarial, tais como: Cartilha Anticorrupção, Política Anticorrupção, Instrução Normativa de Medidas Disciplinares, Relatório de Perfil e Regimento Interno do Comitê de Ética.

Em 2018, o Grupo EcoRodovias reestruturou seu Programa de Integridade, com a contratação de profissionais dedicados com experiência no mercado de Compliance e, desde então, vem implementando diversas medidas de aprimoramento de governança e do seu Programa de Ética e Integridade, tais como: (a) criação de um canal para denúncias anônimas, 24 horas por dia, operado por empresa independente; (b) revisão do código de conduta; (c) criação de Instrução Normativa de Interação com o Poder Público com a implementação de controles de prevenção e transparência para interações com Agentes Públicos; (d) criação de Instrução Normativa de Controle de Fornecedores e programa para avaliar e reavaliar a integridade e reputação dos fornecedores e parceiros; (e) contratação de sistemas de inteligência para monitoramento e análises de integridade; (f) criação de Instruções Normativas e/ou Controles de Recebimento e Oferta de Brindes, Presentes e Entretenimento, Conflito de Interesses, Doações e Patrocínios e Pessoas Expostas Politicamente; (g) criação do novo Portal de Ética e Integridade para monitoramento e coordenação de todas as iniciativas e informações; (h) criação de um Canal de Dúvidas para facilitar a interação de colaboradores e terceiros com a área de Compliance; (i) divulgação recorrente das iniciativas, controles, políticas e procedimentos a todos os colaboradores e parceiros; (j) desenvolvimento de novos programas de treinamento eletrônico e presenciais para colaboradores e terceiros; (l) reforço de orçamento para o Programa de Ética e Integridade e, (m) revisão de políticas de Suprimentos e Retenção de Documentos.

O Código de Conduta Empresarial é atualizado a cada dois anos, e tem o comprometimento da alta administração do Grupo Ecorodovias, sendo aplicável a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração, empregados, terceiros, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.

A violação do código de conduta levará a abertura de procedimento sigiloso para averiguação de irregularidades e poderá sujeitar os colaboradores às medidas disciplinares tais como: reorientação, advertência verbal, advertência por escrito, suspensão, demissão sem justa causa, demissão com justa causa, previstas em instrução normativa interna da Companhia. Em caso de violações, os terceiros poderão estar sujeitos às medidas previstas nos respectivos contratos, incluindo rescisão contratual e término de relação comercial com Grupo EcoRodovias.

O Código de Conduta Empresarial do Grupo EcoRodovias pode ser acessado por qualquer pessoa pela internet no seguinte endereço:

<http://www.ecorodovias.com.br/etica-e-integridade/politicas-corporativas/codigo-de-conduta>

O grupo EcoRodovias possui canal de denúncia independente e sigiloso para que os colaboradores e terceiros possam reportar violações ao Código de Conduta. As denúncias podem ser feitas de forma anônima, não sendo admitidas retaliações ou

5.4 - Programa de Integridade

punições àqueles que registrarem um relato de boa fé e com responsabilidade, conforme previsão no item 9.4 do Código de Conduta Empresarial.

O Comitê de Ética apura as práticas que violem o Código de Condutas, cabendo a este órgão receber e julgar de forma sigilosa e com procedimento de confidencialidade desde o recebimento até o desfecho de todas as denúncias recebidas.

O Comitê de Ética é o órgão responsável por i) avaliar a atualidade e pertinência do Código de Conduta Empresarial, promovendo a sua evolução e atualização; ii) orientar e acompanhar as ações necessárias para a sua divulgação e disseminação; iii) julgar os casos de violação do Código de Conduta Empresarial, encaminhando relatórios periódicos ao Conselho de Administração; e iv) dirimir dúvidas sobre a interpretação do Código de Conduta.

Em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas são realizadas *due diligence*, bem como são inseridas cláusulas de declarações e garantias e de indenização nos instrumentos das operações para tratar de eventuais danos de práticas irregulares.

5.5 - Alterações significativas

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações que a Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – EcoPONTE (“Companhia”) julgue relevantes para os itens 5.1 a 5.5 deste formulário.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	24/03/2015
Forma de Constituição do Emissor	A Companhia foi constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado. Em 25 de maio de 2017 obteve registro na CVM.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	25/05/2017

6.3 - Breve histórico

A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte foi constituída em 24 de março de 2015 e tem como objeto social exclusivo a exploração, sob o regime de concessão, da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração conservação e implantação de melhorias da BR-101/RJ, trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (“Niterói”) – Entr. RJ-071 (Linha Vermelha), incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão, com estatuto social.

A Ponte Rio-Niterói é um marco da capacitação da engenharia nacional. Inaugurada em 1974, ela ainda detém alguns recordes importantes:

- A maior ponte do Hemisfério Sul;
- O maior vão em viga reta contínua do mundo: o vão central de 300 metros de comprimento e 72 metros de altura;
- A mais importante estrutura protendida das Américas, com mais de 2.150 km de cabos no interior de sua estrutura;
- Uma das maiores pontes do mundo em volume espacial (área construída), por conta de seu comprimento, largura e a altura dos pilares e das fundações submersas cravadas na rocha do fundo da Baía de Guanabara.

O Contrato de Concessão prevê: (i) um reajuste anual para compensar os efeitos da inflação; e (ii) revisão tarifária a qualquer tempo em que o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão for ameaçado.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data de publicação deste Formulário de Referência não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial pela Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte (“Companhia”).

6.6 - Outras informações relevantes

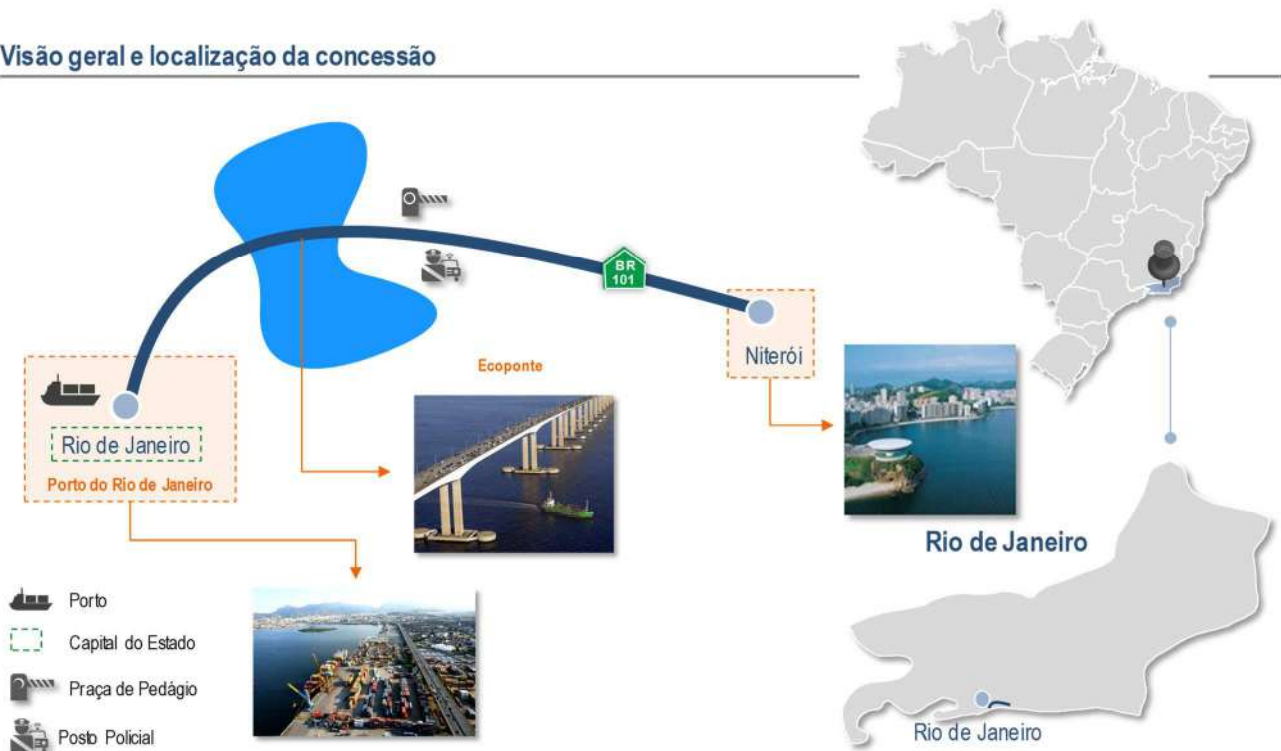
Não há outras informações que a Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”) julgue relevantes para os itens 6.1 a 6.5 deste formulário.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Nossas Operações

A Ponte Rio-Niterói é maior ponte do hemisfério Sul e a principal conexão entre a cidade do Rio de Janeiro, Niterói e o interior do estado, além da região dos lagos e o litoral norte Fluminense.

Visão geral e localização da concessão



A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A – Ecofonte administra o trecho da BR-101/RJ, correspondente à Ponte Presidente Costa e Silva, entre as cidades do Rio de Janeiro e Niterói, no estado do Rio de Janeiro, totalizando 13,2 km de extensão, além de 10 km de acessos e alças e incluindo, ainda, os elementos da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão.

Além de operar e fazer a manutenção do Sistema Rodoviário da Ponte Rio-Niterói, a Ecofonte também será responsável pela implantação de diversas obras de melhorias, dentre as quais destacam-se a Execução de Alça de Ligação Ponte-Linha Vermelha, da Alça de Ligação entre a Ponte Rio-Niterói e a Av. Brasil (Av. Portuária), além da Execução do Mergulhão em Niterói.

Resumo do Contrato de Concessão

A Ecofonte foi constituída em 24 de março de 2015 e em 18 de maio do mesmo ano assinou o Contrato de Concessão– Edital nº 01/2015 para exploração da concessão rodoviária BR-101/RJ, trecho de Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha), com a Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT). O início de suas operações deu-se em 1º de junho de 2015, data de assinatura do Termo de Arrolamento e transferência de bens para início das atividades de administração da concessão.

A Ecofonte tem por objeto social realizar, sob o regime de concessão, a exploração, nos termos e limites do contrato de concessão referente ao Edital de Concessão No. 01/2015 (“Contrato de Concessão”), da infraestrutura e da prestação do serviço público de operação, manutenção, monitoração, conservação e implantação de melhorias da BR-101/RJ, trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha), incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão.

O Contrato de Concessão prevê: (i) um reajuste anual para compensar os efeitos da inflação; e (ii) revisão

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

tarifária a qualquer tempo em que o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão for ameaçado.

O prazo contratual é de 30 anos, estendendo-se até maio de 2045.

Principais índices históricos de desempenho operacional e de produtividade de 2018 a 2016.

Volume de Tráfego (em nº de Eixos Equivalente Pagantes*1000)	2018	2017	2016	Var. % (2018 vs. 2017)	Var. % (2017 vs. 2016)
Ecoponte	29.452	30.009	28.835	-1,9%	4,1%

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 29.452 mil em 2018, redução de 1,9% em relação a 2017 devido, principalmente, à deterioração das condições econômicas no estado do Rio de Janeiro.

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 30.009 mil em 2017, crescimento de 4,1%, comparado ao exercício de 2016, influenciado pelo início da operação do Túnel Cafubá Charitas na cidade de Niterói, em maio de 2017, que melhorou o acesso à Ponte.

Tarifa Média (em R\$/Eixos Equivalentes Pagantes)	2018	2017	2016
Ecoponte	4,22	4,06	4,00

Em junho de 2018, houve reajuste da tarifa de pedágio em 4,9%.

Em junho de 2017, foi aprovado o reajuste da tarifa de pedágio da Ecoponte em 2,5% que refletiu o IPCA de 4,1% compensado pela antecipação de resultado de receitas acessórias da concessão que foi convertido em modicidade tarifária, conforme previsto em contrato.

Produtos e Serviços Prestados e Participação na Receita Total Receita Bruta (Em milhares de Reais)	2018	2017	2016
Receita com arrecadação de pedágio	124.180	121.809	111.857
Receita de construção	57.431	95.546	60.430
Receitas acessórias	12.938	9.413	2.443
Total	194.549	226.768	174.730

A receita bruta totalizou R\$194,5 milhões em 2018, redução de 14,2% em relação a 2017 devido, principalmente, ao menor nível de obras no período. As deduções sobre a receita bruta totalizaram R\$11,8 milhões, redução de 8,5% em relação ao ano anterior.

Receita de Pedágio – aumento de 1,9% devido, principalmente, ao reajuste contratual na tarifa de pedágio.

Receita Acessória – aumento de R\$12,9 milhões em função do incremento na receita da faixa de domínio.

Receita de Construção – redução de 39,9% devido ao menor nível de obras no período.

A receita bruta totalizou R\$226,8 milhões em 2017, aumento de 29,8%, sendo influenciada, principalmente, pelas receitas acessórias e de construção. As deduções sobre a receita bruta totalizaram R\$12,9 milhões.

Receita de Pedágio – crescimento de 8,9%, comparado com 2016, decorrente do reajuste contratual nas tarifas de pedágio e aumento no tráfego de veículos.

Receita Acessória – atingiu R\$9,4 milhões em 2017, principalmente devido ao crescimento na receita da faixa de domínio.

Receita de Construção – crescimento de 58,1%, devido ao maior nível de obras contratuais no exercício.

Para mais informações sobre a receita bruta, vide item 10.1.h desse Formulário.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

a. interesse público que justificou sua criação:

Não aplicável. A Companhia não é uma sociedade de economia mista.

b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

- os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a".

Não aplicável. A Companhia não é uma sociedade de economia mista.

- quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições.

Não aplicável. A Companhia não é uma sociedade de economia mista.

- estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas.

Não aplicável. A Companhia não é uma sociedade de economia mista.

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas.

Não aplicável. A Companhia não é uma sociedade de economia mista.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”) por estar registrada na categoria “B”.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio- Niterói S.A. - Ecoponte (“Companhia”) por estar registrada na categoria “B”.

7.8 - Políticas socioambientais

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio- Niterói S.A. - Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

7.9 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”) julgue relevantes para os itens 7.1 a 7.8 deste formulário.

8.1 - Negócios extraordinários

As aquisições e/ou alienações relevantes ocorridas no Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, poderá ser consultado no item 15.7 – Principais operações societárias contidas neste Formulário de Referência.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios na Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”).

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Eco ponte ("Companhia") não firmou contratos relevantes celebrados que não são diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não há outras informações que a Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”) julgue relevantes para os itens 8.1 a 8.3 deste formulário.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Companhia"), por estar registrada na categoria "B".

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”) julgue relevantes para os itens 9.1.a a 9.1.c deste formulário.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores informam que os comentários apresentados a seguir referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para o exercício de 2018 e auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. para os exercícios de 2017 e de 2016. As informações relativas ao setor de atividade da Companhia, incluídas neste item 10, foram obtidas através de levantamentos internos, informações públicas e publicações sobre o setor.

Os Diretores informam que todas as operações da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Companhia") são realizadas no Brasil, razão pela qual os resultados operacionais e situação financeira da Companhia são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais do Brasil, em especial, pelas taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio e políticas tributárias.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia foi constituída em 24 de março de 2015, e tem por objeto social a exploração de concessão rodoviária da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha), "Ponte Rio-Niterói", mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. A sede da Companhia está localizada na Travessa Mário Neves, nº 1, Ilha da Conceição, Niterói/RJ.

A receita líquida atingiu R\$182.732 mil em 2018, 14,6% inferior aos R\$213.848 mil no ano anterior devido a redução da receita de construção em função do menor nível de obras no período. Em 2017, a receita líquida apresentou crescimento de 29,7% em relação ao valor de R\$164.883 mil em 2016.

O EBITDA foi de R\$72.467 mil em 2018, R\$67.073 mil em 2017 e R\$58.895 mil em 2016, atingindo margem sobre a receita líquida de 39,7% em 2018, 31,4% em 2017 e 35,7% em 2016. O EBITDA pró-forma atingiu R\$82.779 mil em 2018, R\$75.785 mil em 2017 e R\$61.326 mil em 2016, atingindo margem EBITDA Pró-forma de 66,1% em 2018, 64,1% em 2017 e 58,7% em 2016.

A Companhia apresentou lucro líquido de R\$39.493 mil em 2018, R\$38.411 mil em 2017 e R\$43.859 mil em 2016.

A Companhia conduz suas operações, priorizando o controle de seus custos e a preservação do seu caixa, garantindo assim o seu compromisso na manutenção dos seus indicadores de desempenho operacionais e econômico financeiros.

Os Diretores da Companhia, conscientes da vocação do Grupo Ecorodovias para a prestação de serviços públicos e de suas responsabilidades sociais e ambientais, entende que apresenta solidez econômico-financeira suficiente para implementar seu plano de negócios e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo, tendo em vista a sua forte geração de caixa e compromisso com crescimento contínuo qualificado e sustentável.

Os Diretores entendem que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação entre a dívida líquida sobre o patrimônio líquido será otimizada através de captações de empréstimos e financiamentos. O patrimônio líquido da Companhia foi de R\$155.531 mil em 31 de dezembro de 2018, R\$143.599 mil em 31 de dezembro de 2017 e R\$123.695 mil em 31 de dezembro de 2016. O endividamento da Companhia, resultado da soma do passivo circulante e do passivo não circulante, atingiu R\$178.533 mil em 31 de dezembro de 2018, R\$129.699 mil em 31 de dezembro de 2017 e R\$82.477 mil em 31 de dezembro de 2016.

A Companhia apresenta abaixo seu índice de liquidez corrente, referente à divisão entre ativo circulante e passivo circulante, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

Índice de Liquidez Corrente	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
<i>Em milhares de reais - Exceto índice</i>			
Ativo Circulante	45.845	62.164	71.511
Passivo Circulante	79.151	68.836	47.056
Índice de Liquidez Corrente	0,58	0,90	1,52

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Índice de Endividamento	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
<i>Em milhares de reais - Exceto índice</i>			
Passivo Circulante e Passivo Não Circulante	178.533	129.699	82.477
Patrimônio Líquido	155.531	143.599	123.695
Índice de Endividamento	1,15	0,90	0,67

A dívida financeira bruta da Companhia (excluindo R\$276 mil de Obrigações com Poder Concedente) foi de R\$79.871 mil em 31 de dezembro de 2018, sendo 3% no curto prazo e 97% no longo prazo. Em 31 de dezembro de 2017, (excluindo R\$269 mil de Obrigações com Poder Concedente) foi de R\$49.275 mil. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não apresentava dívida financeira.

A Companhia encerrou 2018 com dívida financeira líquida/EBITDA de 0,54x, 2017 em -0,06x e 2016 em -1,07x. Considerando o EBITDA Pró-forma, que exclui a provisão para manutenção, encerrou 2018 em 0,47x, 2017 em -0,05x e 2016 em -1,03x.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando

Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, o capital social subscrito era de R\$120.000 mil e representado por 120.000 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Conforme o artigo 6º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 120.000.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

Os Diretores apresentam abaixo a proporção entre capital próprio em relação ao ativo total e a proporção do capital de terceiros sobre o ativo total para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

Capital Próprio sobre Ativo Total	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
<i>Em milhares de Reais - Exceto porcentagem</i>			
Patrimônio Líquido	155.531	143.599	123.695
Ativo Total	334.064	273.298	206.172
Patrimônio Líquido/Ativo Total	46,6%	52,5%	60,0%

Capital de Terceiros sobre Ativo Total	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
<i>Em milhares de Reais - Exceto porcentagem</i>			
Capital de Terceiros	178.533	129.699	82.477
Ativo Total	334.064	273.298	206.172
Capital de Terceiros/Ativo Total	53,4%	47,5%	40,0%

Relação entre Capital Próprio e de Terceiros	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
<i>Em milhares de Reais - Exceto porcentagem</i>			
Capital Próprio	46,6%	52,5%	60,0%
Capital de Terceiros	53,4%	47,5%	40,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Os Diretores entendem que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida financeira líquida (empréstimos deduzidos de caixa e equivalentes de caixa) sobre patrimônio líquido apresenta hoje níveis adequados de alavancagem.

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$155.531 mil, em 31 de dezembro de 2017 de R\$143.599 mil, enquanto em 31 de dezembro de 2016 era de R\$123.695 mil.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Sobre o padrão de financiamento de suas operações, os Diretores entendem que a atual estrutura de endividamento está em um patamar adequado, tendo em vista o caixa líquido usado nas atividades de financiamento.

i. hipóteses de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da companhia além das legalmente previstas.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da companhia além das legalmente previstas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores apresentam através do quadro a seguir, a evolução da dívida da Companhia proveniente de empréstimos e Obrigações com Poder Concedente da Companhia:

Endividamento (R\$ mil)	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Circulante			
Empréstimos	2.482	1.882	-
Não Circulante			
Empréstimos	77.389	47.393	-
Dívida Financeira Bruta¹	79.871	49.275	-
Obrigações com Poder Concedente	276	269	-
Dívida Bruta	80.147	49.544	-
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	41.046	53.364	63.086
Dívida Financeira Líquida¹	38.825	(4.089)	(63.086)
Dívida Líquida	39.101	(3.820)	(63.086)
EBITDA	72.467	67.073	58.895
Dívida Financeira Líquida¹/EBITDA	0,54x	-0,06x	-1,07x
Dívida Líquida/EBITDA	0,54x	-0,06x	-1,07x
EBITDA Pró-forma²	82.779	75.785	61.327
Dívida Financeira Líquida¹/EBITDA Pró-forma²	0,47x	-0,05x	-1,03x
Dívida Líquida/EBITDA Pró-forma²	0,47x	-0,05x	-1,03x

¹ Exclui Obrigações com Poder Concedente

² Exclui Receita e Custo de Construção e Provisão para Manutenção

O perfil atual da dívida financeira bruta da Companhia é 97% de não circulante e 3% de circulante, sendo que seu saldo, composto por empréstimos em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$79.871 mil.

Considerando o perfil do endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, os Diretores acreditam que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora os Diretores não possam garantir que tal situação permanecerá igual. Entretanto, caso haja necessidade da contratação de novos empréstimos, os Diretores acreditam que a Companhia tem condições para contratá-los.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A evolução do EBITDA da Companhia é apresentada abaixo:

Reconciliação EBITDA (Em R\$ mil)	31/12/2018	31/12/2017	Var %	31/12/2016	Var %
Lucro Líquido	39.493	38.411	2,8%	43.859	89,3%
(+) IR/CS	17.653	18.017	-2,0%	19.627	65,0%
(+) Resultado Financeiro Líquido	6.388	3.502	82,4%	(8.424)	29,8%
(+) Depreciação e Amortização	8.933	7.143	25,1%	3.833	165,3%
EBITDA⁽¹⁾	72.467	67.073	8,0%	58.895	96,2%
Receita Operacional Líquida	182.732	213.848	-14,6%	164.883	148,5%
Margem EBITDA⁽²⁾	39,7%	31,4%	8,3 p.p.	35,7%	-9,5 p.p.
(+) Provisão manutenção	10.312	8.712	18,4%	2.431	n.m
(+) Custo construção	57.431	95.546	-39,9%	60.430	n.m
(-) Receita construção	(57.431)	(95.546)	-39,9%	(60.430)	n.m
EBTIDA Pró-forma⁽³⁾	82.779	75.785	9,2%	61.326	104,3%
Receita ajustada	125.301	118.302	5,9%	104.453	78,3%
Margem EBITDA Pró-forma⁽⁴⁾	66,1%	64,1%	2,0 p.p.	58,7%	7,5 p.p.

(1) Nos termos da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, o EBITDA equivale ao resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, em razão de não serem consideradas para o seu cálculo despesas e receitas com juros (financeiras), imposto sobre a renda e contribuição social, depreciação e amortização. Cabe ressaltar que tal indicador tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, ou da receita operacional, como um indicador do desempenho operacional, ou alternativo aos fluxos de caixa operacionais, como medida de liquidez ou capacidade de pagamento da dívida da Companhia.

O EBITDA não deve ser considerado como recursos disponíveis para dividendos. Assim, o EBITDA apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador da rentabilidade da Companhia. O EBITDA pode não ser comparável com o de outras empresas que atuam no mesmo setor ou em setores diferentes, que eventualmente não utilizem a forma de cálculo de EBITDA nos termos da Instrução CVM nº 527/12. Entretanto, a Companhia acredita que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

(2) A Margem EBITDA é o resultado da divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

(3) O EBITDA Pró-forma é o lucro líquido adicionado do resultado financeiro líquido, do imposto sobre a renda contribuição social, das depreciações e amortizações e ajustado pela adição da provisão para manutenção e do custo com construção e subtração da receita de construção.

(4) A Margem EBITDA Pró-forma é o resultado da divisão do EBITDA Pró-forma pela receita operacional líquida pró-forma.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Os Diretores informam que a principal fonte de financiamento para capital de giro é a própria geração do fluxo de caixa operacional.

Desde sua constituição, para financiar os investimentos em ativo não circulante, os Diretores informam que a Companhia poderá utilizar-se de financiamentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, bancos privados e mercado de capitais.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Como mencionado no item “d” acima, os Diretores informam que a principal fonte de financiamento para capital de giro é a geração operacional de caixa. Os Diretores acreditam que esta geração de caixa será suficiente para arcar com as obrigações de capital de giro. Em caso de descasamento das disponibilidades com as obrigações vincendas no curto prazo, os Diretores acreditam que a Companhia tem acesso a linhas de crédito nos principais bancos comerciais de primeira linha.

Para investimentos em ativos não circulante, a Companhia está em processo de estruturação dos financiamentos junto a bancos públicos, privados e mercado de capitais.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda

(i) contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Financiamento BNDES

Credor	Vencimento final	Taxa média de juros	31/12/2018	31/12/2017
Finem BNDES	Agosto de 2032	TJLP + 3,48% a.a.	51.410	49.275
Finem BNDES	Dezembro de 2032	TJLP + 3,48% a.a.	28.461	-
		Circulante	2.482	1.882
		Não-Circulante	77.389	47.393

Os vencimentos das parcelas não circulantes tem a seguinte distribuição:

	31/12/2018	31/12/2017
2019	-	1.888
2020	3.266	2.049
2021	3.580	2.251
2022	3.964	2.483
2023	4.362	2.715
Posteriores a 2023	62.217	36.007
	77.389	47.393

Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2018, conforme demonstrado abaixo:

Índices financeiros Ecoponte BNDES	Exigido	Medido
(i) PL / Passivo Total	> 20%	50,0%
(ii) Cobertura da dívida ¹	> 1,30	n.m.
(iii) Dívida Líquida / EBTIDA Ajustado (Controladora)	< 4,00	2,4

¹ ICSD não apurado, conforme cláusula 6ª, será calculado após um ano do início da amortização (Jan/19).

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Com exceção das relações constantes dos contratos descritos acima, a Companhia não mantém atualmente outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Penhor de ações da Ecorodovias, cessão fiduciária dos direitos creditórios de que a Ecoponte seja titular, decorrentes do contrato de concessão, os direitos emergentes da concessão decorrentes da concessão inclusive os relativos a eventuais indenizações. Financiado pela Ecorodovias.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Os Diretores informam que não há restrições impostas ao emissor em relação à dívidas de modalidade de empréstimos, financiamentos e/ou debêntures no exercício findo de 31 de dezembro de 2018.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os Diretores informam que em 31 de dezembro de 2018, o financiamento do BNDES para a Companhia ainda possuía créditos não utilizados no valor total de R\$333.525 mil. Os subcréditos e liberações efetuadas são como segue (Em R\$ mil):

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
A	107.465	53.729	1.793	177 parcelas
B	177.920	29.126	-	157 parcelas
C	118.915	-	-	163 parcelas
D	10.625	620	7	177 parcelas
E	2.075	-	-	157 parcelas
Total	417.000	83.475	1.800	

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os Diretores apresentam a seguir os resultados e as variações percentuais (análise vertical representa a participação percentual dos itens sobre a receita de venda de bens e/ou serviços no mesmo período e a análise horizontal representam a variação percentual de cada rubrica entre dois períodos).

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comparação das Demonstrações de Resultados entre os Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com BRGAAP e IFRS. Os dados apresentados abaixo são derivados das demonstrações financeiras da Companhia, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017.

Em R\$ milhares	31/12/2018	A.V.	A.H.	31/12/2017	A.V.
Receita Líquida	182.732	100,0%	-14,6%	213.848	100,0%
Custos dos Serviços Prestados	(107.698)	-58,9%	-24,3%	(142.352)	-66,6%
Resultado Bruto	75.034	41,1%	4,9%	71.496	33,4%
Despesas Gerais e Administrativas	(11.494)	-6,3%	-0,7%	(11.576)	-5,4%
Outras Despesas/Receitas Líquidas	(6)	0,0%	-160,0%	10	0,0%
Resultado Antes do R.Financeiro e dos Impostos	63.534	34,8%	6,0%	59.930	28,0%
Receitas Financeiras	4.732	2,6%	58,2%	2.992	1,4%
Despesas Financeiras	(11.120)	-6,1%	71,2%	(6.494)	-3,0%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	57.146	31,3%	1,3%	56.428	26,4%
IR e CS Sobre o Lucro Corrente	(18.911)	-10,3%	-1,4%	(19.172)	-9,0%
IR e CS Sobre o Lucro Diferido	1.258	0,7%	8,9%	1.155	0,5%
Lucro do Exercício	39.493	21,6%	2,8%	38.411	18,0%

Comentários sobre a Comparação das Demonstrações de Resultados entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017.

Receita bruta

A receita bruta totalizou R\$194.549 mil em 2018, redução de 14,2%, sendo influenciada, principalmente, pela redução da receita de construção e pela queda de tráfego.

Receita de arrecadação de pedágio: aumento de 1,9% em 2018 devido ao reajuste contratual da tarifa de pedágio.

Receita de construção: conforme estabelecido pelo ICPC 01 - Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis relativa aos Contratos de Concessão, a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária foi considerada como receita de construção, a valor justo. Em 2018, atingiu R\$57.431 mil e em 2017, R\$95.546 mil, redução de 39,9% devido ao menor nível de obras contratuais no período.

Receitas acessórias: são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio da concessão. Em 2018, as receitas acessórias somaram R\$12.938 mil, aumento de 37,4% em relação a 2017 devido ao incremento na receita da faixa de domínio.

Deduções da receita bruta

Os impostos sobre arrecadação, ISS, PIS e COFINS, atingiram R\$11.817 mil em 2018, 8,5% inferior aos R\$12.920 mil em 2017.

Receita líquida

A receita líquida atingiu R\$182.732 mil em 2018, excluindo a receita de construção, a receita líquida pró-forma foi de R\$125.301 mil, crescimento de 5,9% em relação a 2017. Em 2017 a receita líquida atingiu R\$213.848 mil, excluindo a receita de construção a receita líquida pró-forma foi de R\$118.302.

Custos dos serviços prestados e despesas gerais administrativas

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$119.192 mil em 2018, redução de 22,6% em relação a 2017. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

atingiram R\$42.516 mil, mantendo-se estável em comparação a 2017, mesmo com a inflação de 3,7% no período.

Custos operacionais e despesas administrativas (em R\$ mil)	31/12/2018	31/12/2017	Var.
Pessoal	14.771	16.535	-10,7%
Conservação e Manutenção	4.772	4.816	-0,9%
Serviços de terceiros	11.598	11.389	1,8%
Seguros, Poder Concedente e Locações	6.166	5.679	8,6%
Outros	5.209	4.108	26,8%
Custos caixa	42.516	42.527	0,0%
Depreciação e Amortização	8.933	7.143	25,1%
Provisão Manutenção	10.312	8.712	18,4%
Custo de construção de obras	57.431	95.546	-39,9%
TOTAL	119.192	153.928	-22,6%

Pessoal: R\$14.771 mil em 2018, redução de 10,7% quando comparado a 2017, mesmo com o reajuste salarial de 1,8% em março de 2018, devido a otimização da estrutura e menor gasto com remuneração variável;

Conservação e Manutenção: R\$4.772 mil em 2018, manteve-se estável comparado a 2017;

Serviços de terceiros: R\$11.598 mil em 2018, 1,8% superior a 2017, abaixo da inflação de período, referente ao incremento nas despesas com ambulâncias;

Poder Concedente, Seguros e Locações: R\$6.166 mil em 2018, aumento de 8,6%, em função do incremento nas despesas com locação;

Outros: R\$5.209 mil em 2018, aumento de R\$1.101 mil devido aos gastos com combustível, impostos e outras taxas;

Depreciação e Amortização: R\$8.933 mil em 2018, 25,1% superior a 2017 devido ao aumento na base de ativos e atualização da curva de tráfego para amortização dos ativos intangíveis;

Provisão para manutenção: R\$10.312 mil em 2018, aumento de 18,4% em relação a 2017 em função da revisão dos cronogramas de provisão para manutenção futura incorporando o aumento do custo do CAP (Cimento Asfáltico de Petróleo), dentro dos critérios estabelecidos pelas normas contábeis; e

Custo de construção de obras: R\$57.431 mil em 2018, redução de 39,9% comparado a 2017, devido ao menor nível de obras contratuais.

Lucro Bruto

Como consequência das variações explicadas anteriormente, o lucro bruto atingiu R\$75.034 mil em 2018, crescimento de 4,9% em relação aos R\$71.496 mil de 2017.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$6.388 mil, aumento de 82,4%, principalmente, devido ao aumento de empréstimos e financiamentos com BNDES em função de investimentos já realizados.

Imposto de renda e contribuição social

O resultado do imposto de renda e contribuição social atingiu R\$17.653 mil em 2018, redução de 2,0% em relação aos R\$18.017 mil em 2017.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido atingiu R\$39.493 mil em 2018, aumento de 2,8% em relação aos R\$38.411 mil em 2017.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comparação das Contas Patrimoniais entre o período encerrado em 31 de dezembro de 2018 e o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Balço Patrimonial em milhares de R\$	31/12/2018	A.V.	A.H.	31/12/2017	A.V.
ATIVO TOTAL	334.064	100,0%	22,2%	273.298	100,0%
ATIVO CIRCULANTE	45.845	13,7%	-26,3%	62.164	22,7%
Caixa e Equivalente de Caixa	37.926	11,4%	-28,9%	53.364	19,5%
Clientes	5.440	1,6%	-24,8%	7.237	2,6%
Títulos e Valores Mobiliários	630	0,2%	100,0%	-	0,0%
Tributos a Recuperar	-	0,0%	-100,0%	183	0,1%
Despesas Antecipadas	807	0,2%	-10,4%	901	0,3%
Partes Relacionadas	426	0,1%	100,0%	-	0,0%
Outros Créditos	616	0,2%	28,6%	479	0,2%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	288.219	86,3%	36,5%	211.134	77,3%
Tributos Diferidos	3.815	1,1%	49,2%	2.557	0,9%
Títulos e Valores Mobiliários	2.490	0,7%	100,0%	0	0,0%
Imobilizado	7.180	2,1%	5,9%	6.783	2,5%
Intangível	274.734	82,2%	36,1%	201.794	73,8%
PASSIVO TOTAL	334.064	100,0%	22,2%	273.298	100,0%
PASSIVO CIRCULANTE	79.151	23,7%	15,0%	68.836	25,2%
Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.840	0,9%	-12,4%	3.241	1,2%
Fornecedores	5.789	1,7%	15,3%	5.022	1,8%
Impostos, taxas e contribuições à recolher	1.909	0,6%	30,6%	1.462	0,5%
Empréstimos e Financiamentos	2.482	0,7%	31,9%	1.882	0,7%
Passivos com Partes Relacionadas	6.646	2,0%	1630,7%	384	0,1%
Obrigações com Poder Concedente	276	0,1%	2,6%	269	0,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social	440	0,1%	195,3%	149	0,1%
Provisão para construção de obras	50.405	15,1%	-0,9%	50.887	18,6%
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a pagar	8.116	2,4%	46,8%	5.530	2,0%
Outras Contas a Pagar	248	0,1%	2380,0%	10	0,0%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	99.382	29,7%	63,3%	60.863	22,3%
Empréstimos	77.389	23,2%	63,3%	47.393	17,3%
Provisões para perdas tribut., trab. e cíveis	80	0,0%	400,0%	16	0,0%
Provisão para manutenção	11.195	3,4%	74,6%	6.410	2,3%
Provisão para construção de obras	7.699	2,3%	62,0%	4.752	1,7%
Outras Contas a Pagar	3.019	0,9%	31,7%	2.292	0,8%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	155.531	46,6%	8,3%	143.599	52,5%
Capital Social Realizado	120.000	35,9%	0,0%	120.000	43,9%
Reserva de capital - plano de op.com base em ações	146	0,0%	5,0%	139	0,1%
Reserva Legal	7.246	2,2%	37,5%	5.271	1,9%
Reserva de lucros - Orçamento de Capital	28.139	8,4%	54,7%	18.189	6,7%

Apresentamos abaixo os comentários sobre as principais variações das contas patrimoniais ocorridas entre os exercícios sociais de 2018 e 2017.

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2018 era de R\$37.926 mil, uma redução de 28,9% em relação aos R\$53.364 mil de 2017. A redução de R\$15.438 mil deve-se aos ingressos de R\$69.554 mil relativo às atividades operacionais e dos desembolsos de R\$81.367 mil nas atividades de investimento e R\$3.625 mil das atividades de financiamento, conforme apresentado na Demonstração do Fluxo de Caixa das Demonstrações Financeiras da Companhia, onde essas movimentações poderão ser analisadas com maior nível de detalhe.

Clientes

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de clientes era de R\$5.440 mil, redução de 24,8% em comparação aos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

R\$7.237 em 2017, devido aos recebimentos de pedágio eletrônico.

Outros Créditos

O montante de R\$616 mil apresentou aumento de 28,6% em relação aos R\$479 mil de 2017, devido a adiantamentos a fornecedores.

Ativo não circulante

Tributos diferidos

O saldo de R\$3.815 mil em 31 de dezembro de 2018, aumento de 49,2% em relação aos R\$2.557 mil em 31 de dezembro de 2017 refere-se basicamente à adequação da tributação de IR/CS no Brasil, introduzida pela Lei nº 12.973/14 e aplicação do CPC32- Tributos sobre o lucro.

Imobilizado

O montante de R\$7.180 mil em 2018 apresentou aumento de 5,9% em relação aos R\$6.783 mil em 2017, devido a maior base de ativos da Companhia em função dos investimentos em ampliações, pavimento, desapropriações e obras de ampliação.

Intangível

O montante de R\$274.734 mil em 2018 apresentou crescimento de 36,1% em relação a 2017 e refere-se a investimentos em obras contratuais.

Passivo Circulante

Obrigações sociais e trabalhistas

Com saldo de R\$2.840 mil ao final do exercício de 2018, a redução de 12,4% em relação ao exercício de 2017, deve-se às provisões de folha de pagamento, férias e encargos advindos do quadro de funcionários da Companhia.

Fornecedores

O saldo de R\$5.789 mil em 2018, deve-se substancialmente aos prestadores de serviços relacionados à construção de obras e manutenção da estrutura rodoviária da Companhia.

Empréstimos

O montante em 31 de dezembro de 2018 de R\$2.482 mil refere-se à captação de empréstimo junto ao BNDES.

Passivos com Partes Relacionadas

O saldo apresentado de R\$6.646 mil refere-se aos serviços relacionados à construção de obras e manutenção da estrutura rodoviária da Companhia.

Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

O saldo apresentado de R\$440 mil em 2018 refere-se aos impostos a pagar incidentes sobre o lucro.

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

O montante de R\$8.116 mil em 2018 deve-se ao reconhecimento de juros sobre capital próprio.

Provisão para construção de obras

O saldo em 31 de dezembro de 2018 de R\$50.405 mil deve-se ao reconhecimento de obras provisionadas no período.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Outras contas a pagar

O saldo de R\$248 mil refere-se a adiantamentos de clientes sobre receitas acessórias.

Passivo não circulante

Empréstimos

O saldo de R\$77.389 mil em 2018 refere-se à contratação de empréstimo junto ao BNDES.

Provisão para perdas cíveis e trabalhistas

O saldo de R\$80 mil em 2018 deve-se basicamente ao reconhecimento de processos cíveis e atualização monetária.

Provisão para manutenção

O saldo de R\$11.195 mil de 2018 refere-se a manutenções programadas para os próximos anos de concessão.

Provisão para construções de obras

O valor de R\$7.699 mil em 2018, crescimento de 62,0% em relação ao exercício de 2017, refere-se a constituição de provisão para obras ao longo da estrutura rodoviária.

Outras contas a pagar

O saldo de R\$3.019 mil em 2018 apresentou aumento de 31,7% em relação a 2017, devido à retenção de caução de fornecedores, em virtude do aumento do volume de obras na Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comparação das Demonstrações de Resultados entre os Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com BRGAAP e IFRS. Os dados apresentados abaixo são derivados das demonstrações financeiras da Companhia, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016.

Em R\$ milhares	31/12/2017	A.V.	A.H.	31/12/2016	A.V.
Receita Líquida	213.848	100,0%	29,7%	164.883	100,0%
Custos dos Serviços Prestados	(142.352)	-66,6%	47,2%	(96.713)	-58,7%
Resultado Bruto	71.496	33,4%	4,9%	68.170	41,3%
Despesas Gerais e Administrativas	(11.576)	-5,4%	-11,3%	(13.045)	-7,9%
Outras Despesas/Receitas Líquidas	10	0,0%	-115,9%	(63)	0,0%
Resultado Antes do R.Financeiro e dos Impostos	59.930	28,0%	8,8%	55.062	33,4%
Receitas Financeiras	2.992	1,4%	-72,8%	11.017	6,7%
Despesas Financeiras	(6.494)	-3,0%	150,4%	(2.593)	-1,6%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	56.428	26,4%	-11,1%	63.486	38,5%
IR e CS Sobre o Lucro Corrente	(19.172)	-9,0%	-6,7%	(20.542)	-12,5%
IR e CS Sobre o Lucro Diferido	1.155	0,5%	26,2%	915	0,6%
Lucro do Exercício	38.411	18,0%	-12,4%	43.859	26,6%

Comentários sobre a Comparação das Demonstrações de Resultados entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016.

Receita bruta de serviços

Nossa receita bruta de serviços foi de R\$226.768 mil em 2017 aumento de 29,8% em relação aos R\$174.730 mil em 2016, influenciada, principalmente, pelas receitas acessórias e de construção.

Deduções da receita bruta

Os impostos sobre arrecadação, ISS, PIS e COFINS, atingiram R\$12.920 mil em 2017, 31,2% superior aos R\$9.847 mil em 2016.

Receita líquida

A receita líquida atingiu R\$213.848 mil em 2017, excluindo a receita de construção, a receita líquida pró-forma foi de R\$118.302 mil, crescimento de 13,3% em relação a 2016. Em 2016 a receita líquida atingiu R\$164.883 mil, excluindo a receita de construção, a receita líquida pró-forma foi de R\$105.453 mil.

Custos dos serviços prestados e despesas gerais administrativas

Os custos operacionais e despesas administrativas em 2017 tiveram aumento de 40,2% em relação a 2016 e totalizaram R\$153.928 mil. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$42.527 mil, redução de 1,2% em relação aos R\$43.064 mil de 2016.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Abaixo tabela demonstrando a composição dos custos operacionais e despesas administrativas para 2017 e 2016:

Custos operacionais e despesas administrativas (em R\$ mil)	31/12/2017	31/12/2016	Var.
Pessoal	16.535	16.170	2,3%
Conservação e manutenção	4.816	4.779	0,8%
Serviços de terceiros	11.389	10.827	5,2%
Seguros, poder concedente e locações	5.679	6.680	-15,0%
Outros	4.108	4.608	-10,9%
Custos caixa	42.527	43.064	-1,2%
Depreciação e amortização	7.143	3.833	86,4%
Provisão manutenção ICPC 01	8.712	2.431	n.m.
Custo de construção de obras ICPC 01	95.546	60.430	58,1%
TOTAL	153.928	109.758	40,2%

Pessoal: R\$16.535 mil em 2017, aumento de 2,3% quando comparado com 2016.

Conservação e manutenção: R\$4.816 mil em 2017, manteve-se estável comparado a 2016.

Serviços de terceiros: R\$11.389 mil em 2017, 5,2% superior a 2016, referente ao incremento nas despesas com ambulância e transporte de valores.

Poder concedente, Seguros e Locações: R\$5.679 mil em 2017, redução de 15,0%, principalmente, devido em 2016 a contratação de seguros para riscos diversos para as Olimpíadas, e locações de veículos leves.

Outros: R\$4.108 mil em 2017, redução de 10,9%, influenciado pela compra de energia elétrica no mercado livre.

Depreciação e amortização: R\$7.143 mil em 2017, 86,4% superior a 2016, devido ao aumento na base de ativos e atualização da curva de tráfego para amortização de intangíveis.

Provisão para manutenção: atingiu R\$8.712 mil em 2017, referente a provisão dos custos futuros com manutenção e reparação de pavimento, dentro dos critérios estabelecidos pelas normas contábeis; e

Custo de construção de obras: R\$95.546 mil em 2017, crescimento de 58,1% comparado com 2016, devido ao maior nível de obras contratuais.

Lucro Bruto

Como consequência das variações explicadas anteriormente, o lucro bruto atingiu R\$71.496 mil em 2017, crescimento de 4,9% em relação aos R\$68.170 mil de 2016.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$3.502 mil, devido, principalmente, a menor receita de aplicação financeira reconhecida no período e, maior base de provisão para manutenção com reconhecimento do valor presente.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Como resultado, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social atingiu o valor de R\$56.428 mil, redução de 11,3% em relação aos R\$63.486 mil em 2016.

Imposto de renda e contribuição social

O resultado do imposto de renda e contribuição social atingiu R\$18.017 mil em 2017, redução de 8,2% em relação aos R\$19.627 mil em 2016.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido atingiu R\$38.411 mil em 2017, representando uma redução de 12,4% em relação aos R\$43.859 mil em 2016.

Comparação das Contas Patrimoniais entre o período encerrado em 31 de dezembro de 2017 e o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Balço Patrimonial em milhares de R\$	31/12/2017	A.V.	A.H.	31/12/2016	A.V.
ATIVO TOTAL	273.298	100,0%	32,6%	206.172	100,0%
ATIVO CIRCULANTE	62.164	22,7%	-13,1%	71.511	34,7%
Caixa e Equivalente de Caixa	53.364	19,5%	-15,4%	63.086	30,6%
Clientes	7.237	2,6%	3,1%	7.019	3,4%
Tributos a Recuperar	183	0,1%	137,7%	77	0,0%
Despesas Antecipadas	901	0,3%	-5,5%	953	0,5%
Outros Créditos	479	0,2%	27,4%	376	0,2%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	211.134	77,3%	56,8%	134.661	65,3%
Tributos Diferidos	2.557	0,9%	82,4%	1.402	0,7%
Imobilizado	6.783	2,5%	25,0%	5.428	2,6%
Intangível	201.794	73,8%	57,9%	127.831	62,0%
PASSIVO TOTAL	273.298	100,0%	32,6%	206.172	100,0%
PASSIVO CIRCULANTE	68.836	25,2%	46,3%	47.056	22,8%
Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.241	1,2%	17,1%	2.767	1,3%
Fornecedores	5.022	1,8%	-25,7%	6.755	3,3%
Impostos, taxas e contribuições à recolher	1.462	0,5%	6,1%	1.378	0,7%
Empréstimos	1.882	0,7%	n.m	-	0,0%
Partes Relacionadas - Fornecedores	384	0,1%	-84,9%	2.549	1,2%
Obrigações com Poder Concedente	269	0,1%	4,3%	258	0,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social	149	0,1%	-89,7%	1.441	0,7%
Provisão para construção de obras	50.887	18,6%	61,8%	31.443	15,3%
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a pagar	5.530	2,0%	n.m	461	0,2%
Outras Contas a Pagar	10	0,0%	150,0%	4	0,0%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	60.863	22,3%	71,8%	35.421	17,2%
Empréstimos	47.393	17,3%	n.m	-	0,0%
Provisões para perdas tribut., trab. e cíveis	16	0,0%	-38,5%	26	0,0%
Provisão para manutenção	6.410	2,3%	163,7%	2.431	1,2%
Provisão para construção de obras	4.752	1,7%	-84,7%	30.992	15,0%
Outras Contas a Pagar	2.292	0,8%	16,2%	1.972	1,0%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	143.599	52,5%	16,1%	123.695	60,0%
Capital Social Realizado	120.000	43,9%	0,0%	120.000	58,2%
Reserva de capital - plano de op.com base em ações	139	0,1%	35,0%	103	0,0%
Reserva Legal	5.271	1,9%	57,3%	3.351	1,6%
Reserva de lucros-Dividendos adicionais propostos	18.189	6,7%	n.m	241	0,1%

Apresentamos abaixo os comentários sobre as principais variações das contas patrimoniais ocorridas entre os exercícios sociais de 2017 e 2016.

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2017 era de R\$53.364 mil, uma redução de 15,4% em relação aos R\$63.086 mil de 2016. A redução de R\$9.722 mil no saldo de caixa e equivalentes de caixa resulta dos ingressos de R\$37.380 mil relativo às atividades operacionais, dos desembolsos de R\$82.686 mil nas atividades de investimento e de R\$35.584 mil das atividades de financiamento, conforme apresentado na Demonstração do Fluxo de Caixa das Demonstrações Financeiras da Companhia, onde essas movimentações poderão ser analisadas com maior nível de detalhe.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Tributos a recuperar

O valor dos tributos a recuperar em 2017, no montante de R\$183 mil, representou aumento de 137,7% em relação aos R\$77 mil de 2016, em função principalmente da recuperação do Imposto de Renda retido na fonte sobre os rendimentos de aplicações financeiras.

Outros Créditos

O montante de R\$479 mil apresentou aumento de 27,4% em relação aos R\$376 mil de 2016, devido a adiantamentos a fornecedores devido ao volume de obras.

Ativo não circulante

Tributos diferidos

O saldo de R\$2.557 mil em 31 de dezembro de 2017, aumento de 82,4% em relação aos R\$1.402 mil em 31 de dezembro de 2016 e refere-se basicamente à adequação da tributação de IR/CS no Brasil, introduzida pela Lei nº 12.973/14 e aplicação do CPC32- Tributos sobre o lucro.

Imobilizado

O montante de R\$6.783 mil apresentou aumento de 25,0% em relação aos R\$5.428 mil em 2016 impacto advindo basicamente da maior base de ativos da Companhia em função dos investimentos em ampliações, pavimento, desapropriações e obras de ampliação.

Intangível

O montante de R\$201.794 mil apresentou crescimento de 57,9% em relação a 2016 e refere-se a investimentos em obras contratuais.

Passivo Circulante

Obrigações sociais e trabalhistas

Ao final do exercício de 2017, o saldo dessa conta foi de R\$3.241 mil, crescimento de 17,1% em relação ao exercício de 2016, devido basicamente as provisões de folha de pagamento, férias e encargos advindos do quadro de funcionários da Companhia.

Fornecedores

O saldo de R\$5.022 mil em 2017, deve-se substancialmente aos prestadores de serviços relacionados à construção de obras e manutenção da estrutura rodoviária da Companhia.

Empréstimos

O montante apurado em 31 de dezembro de 2017 de R\$1.882 mil refere-se à contratação de empréstimo junto ao BNDES.

Partes relacionadas – fornecedores

O saldo apresentado de partes relacionadas- fornecedores em 2017 de R\$384 mil apresentou redução de 84,9% devido aos menores volumes contratados de serviços relacionados à construção de obras e manutenção da estrutura rodoviária da Companhia.

Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

O saldo apresentado de R\$149 mil em 2017 apresentou redução de 89,7% em relação aos R\$1.441 mil 2016, devido ao menor lucro.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

O montante de R\$5.530 mil em 2017 deve-se ao reconhecimento de juros sobre capital próprio.

Provisão para manutenção

Saldo de R\$50.887 mil refere-se as provisões custos futuros com manutenção e reparação de pavimento, dentro dos critérios estabelecidos pelas normas contábeis

Provisão para construção de obras

Saldo em 31 de dezembro de 2017 de R\$50.887 mil, aumento de 61,8% devido as transferências para o curto prazo para fazer frente às conclusões de obras ao longo da estrutura rodoviária, e constituições de novas provisões.

Outras contas a pagar

O saldo de R\$10 mil refere-se a adiantamentos de clientes sobre receitas acessórias.

Passivo não circulante

Empréstimos

Saldo de R\$47.393 mil refere-se à contratação de empréstimo junto ao BNDES.

Provisão para perdas cíveis e trabalhistas

O saldo de R\$16 mil em 2017 deve-se basicamente ao reconhecimento de processos cíveis e atualização monetária.

Provisão para manutenção

O saldo identificado nesse item do balanço de R\$6.410 mil de 2017 refere-se a manutenções programadas para os próximos anos de concessão.

Provisão para construções de obras

O valor de R\$4.752 mil em 2017, queda de 84,7% em relação ao exercício de 2016, transferências para o curto prazo para fazer frente às conclusões de obras ao longo da estrutura rodoviária.

Outras contas a pagar

O saldo apresentado em 2017 foi de R\$2.292 mil, apresentou aumento quando comparado a 2015, devido à retenção de caução de fornecedores, em virtude do aumento do volume de obras na Companhia.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) *Resultados das operações da Companhia, em especial:*

i. *descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

Os Diretores informam que ao longo dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, as receitas da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – EcoPonte (“Companhia”) foram constituídas basicamente pela cobrança de pedágios, atividades de construção e receitas acessórias das concessões de rodovias por nós administradas.

As tarifas de pedágio são anualmente corrigidas, conforme previsão contratual.

Em junho de 2018, foi aprovado o reajuste da tarifa de pedágio da EcoPonte em 4,9%.

Em junho de 2017, foi aprovado o reajuste da tarifa de pedágio da EcoPonte em 2,5% que refletiu o IPCA de 4,1% compensado pela antecipação de resultado de receitas acessórias da concessão que foi convertido em modicidade tarifária, conforme previsto em contrato.

2018 vs 2017

A receita bruta totalizou R\$194,5 milhões em 2018, redução de 14,2%, sendo influenciada, principalmente, pela redução da receita de construção e pela queda de tráfego. As deduções sobre a receita bruta totalizaram R\$11,8 milhões, redução de 8,5% quando comparado a 2017.

Receita de Pedágio – crescimento de 1,9% quando comparado com 2017, decorrente do reajuste contratual na tarifa de pedágio.

Receita Acessória – atingiu R\$12,9 milhões em 2018, principalmente devido ao crescimento na receita da faixa de domínio.

Receita de Construção – redução de 39,9%, devido ao menor nível de obras contratuais no exercício.

2017 vs 2016

Receita de Pedágio – crescimento de 8,9%, comparado com 2016, decorrente do reajuste contratual nas tarifas de pedágio e aumento no tráfego de veículos.

Receita Acessória – atingiu R\$9,4 milhões em 2017, principalmente devido ao crescimento na receita da faixa de domínio.

Receita de Construção – crescimento de 58,1%, devido ao maior nível de obras contratuais no exercício.

ii. *fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais*

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 29.452 mil em 2018, redução de 1,9%, comparado ao exercício de 2017, influenciado negativamente pela situação econômica do Estado e pela greve dos caminhoneiros ocorrida de 21 de maio a 03 de junho. Desconsiderando o período da greve a redução foi de 1,2%.

Em 2017 o volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 30.009 mil, crescimento de 4,1%, comparado ao exercício de 2016, influenciado pelo início da operação do Túnel Cafubá Charitas na cidade de Niterói, em maio de 2017, que melhorou o acesso à Ponte.

Os principais fatores que influenciam a nossa receita operacional bruta são o número de eixos de veículos pedagiados e suas respectivas tarifas que são reajustadas anualmente com base na inflação. Historicamente, a variação do tráfego apresenta uma correlação com o PIB brasileiro. Observou-se que, quando o PIB brasileiro apresentou crescimento, o tráfego seguiu a mesma tendência de alta, assim como, quando o PIB apresentou retração, houve queda no tráfego.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

O “efeito calendário” também pode influenciar nossas receitas de pedágio, pois reflete o efeito da quantidade de dias úteis e/ou feriados em um determinado período de tempo com seu consequente reflexo no número de veículos equivalentes no tráfego. Dependendo do mix de tráfego, a quantidade de dias úteis pode impactar positivamente ou negativamente no tráfego.

b) *Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços*

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”), por estar registrada na categoria “B”.

c) *Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.*

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”), por estar registrada na categoria “B”.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores informam que não ocorreu aquisição ou alienação operacionais relevantes consideradas ou não nas demonstrações financeiras.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os Diretores informam que em 22 de dezembro de 2015 ocorreu a transferência para a EcoRodovias Concessões da totalidade das ações detidas pela EcoRodovias Infraestrutura (controlador do Grupo EcoRodovias) no capital social da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – ECOPONTE (“Ecoponte”) (“Transferência”). A Transferência se deu por meio de alienação a valor contábil e faz parte de reestruturação societária do Grupo EcoRodovias com o objetivo de organizar os ativos de concessões sob a gestão da EcoRodovias Concessões.

c. Eventos ou operações não usuais

Os Diretores informam que não ocorreram eventos ou operações não usuais que não tenham sido refletidos nas demonstrações financeiras.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis.

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e de 2016, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os diretores informam que não ocorreram efeitos significativos das alterações em práticas contábeis para os 2 exercícios sociais findos contidos neste Formulário de Referência.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os diretores informam que não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres dos auditores independentes externos para os exercícios findos em 2018, 2017 e 2016.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”), por estar registrada na categoria “B”.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a. **Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**
- i. *Arrendamentos mercantis operacionais*
 - ii. *Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos*
 - iii. *Contratos de futura compra e venda de produtos e serviços*
 - iv. *Contratos de construção não terminada*
 - v. *Contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

Os Diretores informam que para os exercícios sociais compreendidos neste Formulário de Referência não houve ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não estejam registrados em seu balanço patrimonial.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os diretores declaram não haver outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;**

Não aplicável à Companhia, pois não há ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não apareçam no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*) ou outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

- b. natureza e o propósito da operação**

Não aplicável à Companhia, pois não há ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não apareçam no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*) ou outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável à Companhia, pois não há ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*) ou outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2016, a cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificadas.

Natureza dos custos	Previsão de 2017 ao fim da concessão	
	31/12/2017	31/12/2016
Melhorias na infraestrutura	611.686	725.679
Conservação especial (manutenção)	417.870	439.444
Equipamentos	86.332	93.520
	1.115.888	1.258.643

ii. fontes de financiamento dos investimentos.

Os Diretores informam que quando da realização de investimentos, a fonte de financiamento costuma ser bancos de fomento e mercado de capitais.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Os Diretores informam que a Companhia não possui desinvestimentos em andamentos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Os Diretores entendem que este item não é aplicável, pois não foram realizadas aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços:

Os Diretores informam que a Companhia não possui novos produtos, serviços ou projetos em desenvolvimento.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há outras informações que a Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”) julgue relevantes para os itens 10.1 ao 10.8 deste formulário.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Eco ponte (“Companhia”) não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Eco ponte (“Companhia”) não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a. Atribuições de cada órgão e comitê, identificando se possuem regimento interno próprio

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia é composto por 5 (cinco) membros efetivos, podendo haver suplentes, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral de Acionistas, conforme disposto no artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, para um mandato de 01 (um) ano, sendo permitida sua reeleição. A forma de gestão e atribuições do Conselho de Administração são definidas no Regimento Interno da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração em 05 de maio de 2015.

Compete ao Conselho de Administração a orientação geral dos negócios da Companhia, devendo obrigatoriamente pronunciar-se sobre as seguintes matérias: (I) eleger ou destituir os membros da Diretoria, e deliberar sobre a distribuição de honorários entre os Diretores; (II) aprovar: (a) o Orçamento Anual e o Plano de Negócios, consistente no detalhamento das premissas e/ou investimentos previstos para o desenvolvimento das operações da Companhia; (b) atos ou contratos que impliquem obrigação para a Companhia e que não estejam previstos no Orçamento Anual ou no Plano de Negócios, conforme o caso; (c) atos ou contratos que importem alienação ou oneração de bens imóveis ou bens do ativo permanente, incluindo ações, quotas ou participações em outras sociedades; (d) relatórios de acompanhamento do Plano de Negócios da Companhia; (e) a política de pessoal, inclusive remuneração e participação nos resultados, bem como o plano de previdência privada, assegurando a sua conformidade com as definições corporativas adotadas pela controladora; (f) o Regimento Interno, assegurando a sua conformidade com o Estatuto Social da Companhia; (g) a proposição de ações judiciais ou instauração de arbitragem envolvendo o poder concedente da concessão titularizada pela Companhia relacionado ao respectivo contrato de concessão; (h) endividamento, investimentos e despesas de capital não previstos ou superiores aos previstos no Plano de Negócios; (i) a assinatura, alteração ou rescisão de contratos de concessão rodoviária, de que seja parte a Companhia; (j) a participação da Companhia em licitações públicas; (k) a instituição financeira depositária das ações e demais valores mobiliários escriturais de emissão da Companhia; e (l) o Código de Ética da Companhia; (III) aprovar as emissões de ações até o limite estatutário permitido, inclusive suas colocações no mercado; (IV) desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral, deliberar sobre as emissões de debêntures, bônus de subscrição e outros valores mobiliários; (V) fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar, a qualquer tempo, os livros, documentos e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados e/ou em vias de celebração, e sobre quaisquer outros fatos, aspectos e atos administrativos que julgar de interesse da Companhia; (VI) escolher os auditores independentes da Companhia; (VII) aprovar o Regimento Interno e o Código de Ética da Companhia; e, (VIII) aprovar, desde que permitido pelo Contrato de Concessão, a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e a sua adequação às condições e práticas de mercado (*arms' length*).

A Companhia não possui Comitê de Auditoria Estatutário para fins da Instrução CVM nº 509/11.

b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S/A – Ecoponte (“Companhia”), por estar na categoria “B”.

c. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S/A – Ecoponte (“Companhia”), por estar na categoria “B”.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

d. se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S/A – Ecoponte (“Companhia”), por estar na categoria “B”.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”) por estar registrada na categoria “B”.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”) por estar registrada na categoria “B”.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”) por estar registrada na categoria “B”.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Julio Cezar Moreira de Amorim	21/07/1976	Pertence apenas à Diretoria	16/04/2019	16/04/2021	1
026.560.137-12	Advogado	12 - Diretor de Relações com Investidores	16/04/2019	Sim	0.00%
Diretor Superintendente					
Nicolò Caffo	03/01/1979	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/04/2019	15/04/2020	1
240.960.258-44	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	15/04/2019	Sim	66.66%
Marcello Guidotti	14/04/1970	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/04/2019	15/04/2020	3
837.310.750-91	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	15/04/2019	Sim	0.00%
Marcelo Lucon	27/08/1975	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/04/2019	15/04/2020	3
165.931.848-37	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	15/04/2019	Sim	83.33%
Alberto Luiz Lodi	16/04/1963	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	02/09/2019	02/09/2021	0
666.535.766-04	Engenheiro Civil	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	02/09/2019	Sim	0.00%

Experiência profissional / Critérios de Independência

Julio Cezar Moreira de Amorim - 026.560.137-12

Brasileiro, nascido em 21 de julho de 1976. Formação acadêmica em Direito pela Universidade Plínio Leite, com extensão em Gestão Empresarial e especialização em Gestão de Pessoas e Processos pela Fundação Dom Cabral, Julio Cezar Moreira de Amorim possui mais de 20 anos de experiência em empresas privadas, com vivência nos setores de Construção Civil e Concessão de Rodovias, onde sua última passagem foi pelo Grupo CCR (Companhia de Concessões Rodoviárias). Seu último cargo antes de ingressar no Grupo Ecorodovias foi o de Coordenador de Atendimento ao Usuário no Concessionária CCR Ponte, empresa Concessionária responsável pela Administração da Ponte Rio Niterói, de 24/07/2000 à 31 de maio de 2015. Desde 01 de junho de 2015 exerceu a função de Gerente de Atendimento ao Usuário na Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte. É Diretor Superintendente e de Relações com Investidores da na Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte desde de 10 de dezembro de 2018. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

Nicolò Caffo - 240.960.258-44

Formação acadêmica em engenharia civil pela Universidade de Bologna e possui mestrado pela Massachusetts Institute of Technology – MIT, em administração de empresas. Nos últimos 6 anos ocupou posições de gerente regional da Atlantia, sendo responsável pelos negócios da companhia nos Estados Unidos e na Polônia, e de gerente geral de desenvolvimento de negócios tecnológicos da Atlantia. Anteriormente, trabalhou em empresas como Mckinsey & Company, Bank of America Securities e MGE – Matildi General Engineering. Declara não ter incorrido em qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

Marcello Guidotti - 837.310.750-91

Italiano, nascido em 14 de abril de 1970. Formado em Economia pela Università degli Studi di Bologna, com MBA Executivo pelo Insper. Já atuou (ou atua) (i) nas áreas de administração e finanças em vários projetos de infraestrutura e concessões em países da América Latina (Guatemala, República Dominicana, Peru) no período entre 1997 até 2005, como Gerente Administrativo Financeiro e Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores; (ii) como Diretor de Finanças da Elog S.A. (holding controladora de unidades de logística) no período entre maio de 2009 a dezembro de 2010; (iii) como Diretor Presidente da Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (sociedade de propósito específico do setor de concessões rodoviárias) no período entre março de 2008 até junho de 2012 e é membro do seu Conselho de Administração desde fevereiro de 2008; (iv) como membro do Conselho de Administração da Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (sociedade de propósito específico do setor de concessões rodoviárias) desde fevereiro de 2007; (v) como (v.a) Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores de outubro de 2012 a junho de 2007, e (v.b) como membro do Conselho de Administração desde março de 2007, da Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul (sociedade de propósito específico do setor de concessões rodoviárias, cujo registro de companhia aberta perante a CVM foi cancelado em 2010). Atualmente ocupa os seguintes cargos em empresas de capital aberto do Grupo Ecorodovias: (i) como Diretor Executivo de Finanças desde maio de 2006 da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EIL") (holding controladora de negócios de logística e concessões rodoviárias) e da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. ("ECS") (holding controladora de concessões rodoviárias), (ii) como Diretor de Relações com Investidores desde maio de 2012 da EIL e do ECS, (iii) como Diretor Executivo de Gestão de Pessoas desde abril de 2016 da EIL; (iv) como membro efetivo do Conselho de Administração (iv.a) do ECS desde janeiro de 2013, (iv.b) da Ecovias dos Imigrantes S.A. (sociedade de propósito específico do setor de concessões rodoviárias) desde fevereiro de 2007, e (iv.c) da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas (sociedade de propósito específico do setor de concessões rodoviárias) desde abril de 2009. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

Marcelo Lucon - 165.931.848-37

Brasileiro, nascido em 27 de agosto de 1975. É graduado em Direito pela Universidade São Paulo, possui Mestrado pela Faculdade de Direito da USP e LLm pela Universidade de Londres, cursando Doutorado na FD da USP. Já atuou como (i) Gerente e Diretor Jurídico e membro do Conselho de Administração/Fiscal de empresas do Grupo Camargo Correa, (ii) membro suplente do Conselho Fiscal da Alparagatas S/A., e (iii) membro suplente do Conselho de Administração, durante o período de 2013 a 2015, na Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas ("Ecopistas") e Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Ecovias") (sociedades de propósito específico do setor de concessões rodoviárias). Atualmente ocupa os seguintes cargos em empresas de capital aberto do Grupo Ecorodovias: (i) Diretor Executivo Jurídico (i.a) na EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. desde abril de 2013, e (i.b) na Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. desde maio de 2014; (ii) Conselheiro Efetivo do Conselho de Administração desde (ii.a) abril de 2016 na Ecovias e Ecopistas, e (ii.b) abril de 2013 na ECO101 Concessionária das Rodovias S/A (sociedade de propósito específico do setor de concessões rodoviárias); (iii) membro do Comitê de Ética da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

Alberto Luiz Lodi - 666.535.766-04

Brasileiro, nascido em 03 de abril de 1966. Formação acadêmica em Engenharia Mecânica pela UFMG, com extensão em Gestão de Projetos e especialização em Tecnologia Metroferroviária pela USP, Alberto Luiz Lodi possui mais de 25 anos de experiência em empresas privadas, com vivência nos setores de Construção pesada, Saneamento, Concessão de rodovias e Metrô, com passagem pelos grupos Andrade Gutierrez e CCR. Seu último cargo antes de ingressar no Grupo Ecorodovias foi Diretor Executivo na Concessionária SPMAR, empresa Concessionária responsável pela Construção do trecho leste do Rodoanel Mario Covas - SP 021. De 14 de outubro de 2013 até 01 de março de 2014 exerceu a função de Diretor Superintendente e de Relação com Investidor na Ecopistas e de 01 de março de 2014 a 25 de março de 2015, exerceu o cargo de Diretor Superintendente e de Relação com Investidores na Concessionária Ecovias dos Imigrantes, exerceu a função de Diretor Superintendente e de Relação com Investidores na Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte de 24 de março de 2015 a 10 de dezembro de 2018. É Diretor Superintendente e de Relações com Investidores da Ecopistas desde de 10 de dezembro de 2018. Declara que não tem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Julio Cezar Moreira de Amorim - 026.560.137-12

N/A

Nicolò Caffo - 240.960.258-44

N/A

Marcello Guidotti - 837.310.750-91

N/A

Marcelo Lucon - 165.931.848-37

N/A

Alberto Luiz Lodi - 666.535.766-04

N/A

12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Companhia") não possui comitês estatutários de auditoria, financeiro e de remuneração.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”) por estar registrada na categoria “B”.

12.12 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”) julgue relevantes para os itens 12.1 a 12.12 deste formulário.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio- Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”) por estar registrada na categoria “B”.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 01/01/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00		6,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00		1,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	425.946,65		425.946,65
Benefícios direto e indireto	0,00	99.393,98		99.393,98
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	116.283,44		116.283,44
Descrição de outras remunerações fixas		Reflete o valor de contribuição para seguridade social, em atendimento ao Ofício nº 094/2016 – CVM/SEP/GEA-2.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	105.840,00		105.840,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	29.767,50		29.767,50
Descrição de outras remunerações variáveis		Reflete o valor de despesas contabilizadas dos Planos de Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stocks. Reflete o valor de INSS contabilizadas dos Planos de Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stocks.		
Pós-emprego	0,00	41.508,18		41.508,18
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	818.739,75		818.739,75

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,58	2,00		6,58
Nº de membros remunerados	0,00	1,00		1,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	632.880,67		632.880,67
Benefícios direto e indireto	0,00	62.507,82		62.507,82
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00

Outros	0,00	182.269,63		182.269,63
Descrição de outras remunerações fixas		Reflete o valor de contribuição para seguridade social, em atendimento ao Ofício nº 094/2016 – CVM/SEP/GEA-2.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	523.953,35		523.953,35
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	-46.223,52		-46.223,52
Descrição de outras remunerações variáveis		Reflete o valor de despesas contabilizadas dos Planos de Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stocks. Reflete o valor de INSS contabilizadas dos Planos de Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stocks.		
Pós-emprego	0,00	60.590,00		60.590,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	8.066,86		8.066,86
Observação				
Total da remuneração	0,00	1.424.044,81		1.424.044,81

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	1,00		7,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00		1,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	626.670,56		626.670,56
Benefícios direto e indireto	0,00	55.994,70		55.994,70
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	180.481,12		180.481,12
Descrição de outras remunerações fixas		Reflete o valor de contribuição para seguridade social, em atendimento ao Ofício nº 094/2016 – CVM/SEP/GEA-2.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	432.421,69		432.421,69
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	418.263,75		418.263,75

Descrição de outras remunerações variáveis		Reflete o valor de INSS contabilizadas dos Planos de Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stocks. Reflete o valor de despesas contabilizadas dos Planos de Phantom Stock Options e Phantom Restricted Stocks.		
Pós-emprego	0,00	59.010,90		59.010,90
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	34.728,15		34.728,15
Observação				
Total da remuneração	0,00	1.807.570,88		1.807.570,88

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,33	2,00		7,33
Nº de membros remunerados	0,00	1,00		1,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	675.473,87		675.473,87
Benefícios direto e indireto	0,00	64.588,00		64.588,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	194.536,47		194.536,47
Descrição de outras remunerações fixas		INSS Referente ao Salário		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	478.743,01		478.743,01
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	150.947,00		150.947,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Programas de Incentivo de Longo Prazo (não incide INSS)		
Pós-emprego	0,00	56.551,30		56.551,30
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	53.744,74		53.744,74

Observação	O número total de membros de cada orção corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	O número total de membros de cada orção corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	0,00	1.674.584,39		1.674.584,39

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Conforme Instrução Normativa CVM 480/2009, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio- Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”) por estar registrada na categoria “B”.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Órgão	2018	2017	2016
Diretoria Estatutária	-	-	-
Conselho de Administração	-	-	-
Conselho de Fiscal	-	-	-

Obs. Os membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores não possuem remuneração.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

EXERCÍCIO 2018 - DEMAIS REMUNERAÇÕES RECEBIDAS, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO FORAM ATRIBUÍDAS				
Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
	<i>(Em R\$ mil)</i>			
Controladores diretos e indiretos	29.055.416	-	-	29.055.416
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Os valores acima mencionados referem-se ao pagamento de salários, participação nos resultados, bônus, benefícios diretos e indiretos, incentivos de longo prazo e INSS (este último não possui caráter remuneratório).

EXERCÍCIO PREVISTO DE 2018 - REMUNERAÇÃO RECEBIDA, EM FUNÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO NO EMISSOR				
Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
	<i>(Em R\$ mil)</i>			
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

EXERCÍCIO 2017 - DEMAIS REMUNERAÇÕES RECEBIDAS, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO FORAM ATRIBUÍDAS				
Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
	<i>(Em R\$ mil)</i>			
Controladores diretos e indiretos	29.912.568	-	-	29.912.568
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Os valores acima mencionados referem-se ao pagamento de salários, participação nos resultados, bônus, benefícios diretos e indiretos, incentivos de longo prazo e INSS (este último não possui caráter remuneratório).

EXERCÍCIO PREVISTO DE 2017 - REMUNERAÇÃO RECEBIDA, EM FUNÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO NO EMISSOR				
Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
	<i>(Em R\$ mil)</i>			
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

EXERCÍCIO 2016 - DEMAIS REMUNERAÇÕES RECEBIDAS, ESPECIFICANDO A QUE TÍTULO FORAM ATRIBUÍDAS				
Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
	<i>(Em R\$ mil)</i>			
Controladores diretos e indiretos	27.896.913	-	-	27.896.913
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Os valores acima mencionados referem-se ao pagamento de salários, participação nos resultados, bônus, benefícios diretos e indiretos, incentivos de longo prazo e INSS (este último não possui caráter remuneratório).

EXERCÍCIO PREVISTO DE 2016 - REMUNERAÇÃO RECEBIDA, EM FUNÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO NO EMISSOR				
Órgão	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
	<i>(Em R\$ mil)</i>			
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”) julgue relevantes para os itens 13.1 a 13.15 deste formulário.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

14.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”) julgue relevantes para os itens 14.1 a 14.4 deste formulário.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A						
08.873.873/0001-10	Brasileira-SP	Não	Sim	14/05/2019		
Não						
	147.367.960	100,000%	0	0,000%	147.367.960	100,000%
OUTROS						
	0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL						
	147.367.960	100,000%	0	0,000%	147.367.960	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A				08.873.873/0001-10		
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.						
04.149.454/0001-80	Brasileira-SP	Não	Sim	30/03/2012		
Não						
696.714.537	100,000	0	0,000	696.714.537	100,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
696.714.537	100,000	0	0,000	696.714.537	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.				04.149.454/0001-80		
Ações em tesouraria						
	Brasileira-SP	Não	Não	28/10/2014		
Não						
2.236.492	0,400	0	0,000	2.236.492	0,400	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
IGLI S.p.A						
24.025.589/0001-40	Italiana-SP	Sim	Sim	24/05/2017		
Sim		Não há	Jurídica			
27.879.084	4,990	0	0,000	27.879.084	4,990	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Itaú Unibanco S.A.						
60.701.190/0001-04	Brasileira-SP	Não	Não	13/08/2019		
Não						
28.070.649	5,024	0	0,000	28.070.649	5,024	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
143.008.629	25,597	0	0,000	143.008.629	25,597	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.				04.149.454/0001-80		
Primav Infraestrutura S.A.						
21.314.575/0001-59	Brasileira-SP	Sim	Sim	04/05/2016		
Não						
357.504.226	63,989	0	0,000	357.504.226	63,989	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
558.699.080	100,000	0	0,000	558.699.080	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
IGLI S.p.A				24.025.589/0001-40		
ASTM S.p.A.						
	Italiana-TO	Sim	Sim	24/02/2016		
Sim		Não há	Juridica			
22.278.000	60,000	0	0,000	22.278.000	60,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Sias S.p.A. – Societa' Iniziative Autostradali e Servizi						
	Italiana-TO	Sim	Sim	24/02/2016		
Sim		Não há	Juridica			
14.852.000	40,000	0	0,000	14.852.000	40,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
37.130.000	100,000	0	0,000	37.130.000	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Primav Infraestrutura S.A.				21.314.575/0001-59		
IGLI S.p.A						
24.025.589/0001-40	Italiana-SP	Sim	Sim	24/05/2017		
Sim	Não há		Juridica			
103.295.946	50,000	127.699.194	100,000	230.995.140	69,100	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Primav Construções e Comércio S.A.						
81.110.124/0001-21	Brasileira-PR	Sim	Sim	04/05/2017		
Não						
103.295.946	50,000	0	0,000	103.295.946	30,900	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
206.591.892	100,000	127.699.194	100,000	334.291.086	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ASTM S.p.A.						
Nuova Argo Finanziaria S.p.A.						
	Italiana-AL	Não	Sim	05/07/2016		
Sim		Não há	Juridica			
56.030.292	56,597	0	0,000	56.030.292	56,597	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
42.968.308	43,403	0	0,000	42.968.308	43,403	
TOTAL						
98.998.600	100,000	0	0,000	98.998.600	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
IGLI S.p.A				24.025.589/0001-40		
ASTM S.p.A.						
	Italiana-TO	Sim	Sim	24/02/2016		
Sim		Não há	Juridica			
22.278.000	60,000	0	0,000	22.278.000	60,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
SIAS S.p.A- Societa' Iniziative Autostradali e Servizi						
	Italiana-TO	Sim	Sim	24/02/2016		
Sim		Não há	Juridica			
14.852.000	40,000	0	0,000	14.852.000	40,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
37.130.000	100,000	0	0,000	37.130.000	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Primav Construções e Comércio S.A.				81.110.124/0001-21		
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Participare - Administração e Participações Ltda.						
80.261.100/0001-00	Brasileira-PR	Não	Sim	14/08/2019		
Não						
1.600.179.131	100,000	0	0,000	1.600.179.131	100,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
1.600.179.131	100,000	0	0,000	1.600.179.131	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Sias S.p.A. – Societa' Iniziative Autostradali e Servizi						
ASTM S.p.A.						
	Italiana-TO	Sim	Sim	05/07/2007		
Sim		Não há	Juridica			
140.378.186	61,693	0	0,000	140.378.186	61,693	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
87.163.970	38,307	0	0,000	87.163.970	38,307	
TOTAL						
227.542.156	100,000	0	0,000	227.542.156	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ASTM S.p.A.						
Nuova Argo Finanziaria S.p.A.						
	Italiana-AL	Não	Sim	05/07/2016		
Sim		Não há	Juridica			
56.030.292	56,597	0	0,000	56.030.292	56,597	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
42.968.308	43,403	0	0,000	42.968.308	43,403	
TOTAL						
98.998.600	100,000	0	0,000	98.998.600	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ASTM S.p.A.						
Nuova Argo Finanziaria S.p.A.						
	Italiana-AL	Não	Sim	05/07/2016		
Sim		Não há	Juridica			
56.030.292	56,597	0	0,000	56.030.292	56,597	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
42.968.308	43,403	0	0,000	42.968.308	43,403	
TOTAL						
98.998.600	100,000	0	0,000	98.998.600	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Nuova Argo Finanziaria S.p.A.						
Aurelia S.r.l.						
	Italiana-AL	Não	Sim	27/09/2018		
Sim		Não há	Juridica			
18.000.000	60,000	0	0,000	18.000.000	60,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Mercure Investment S.à r.l.						
		Não	Sim	27/09/2018		
Sim		Não há	Juridica			
12.000.000	40,000	0	0,000	12.000.000	40,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
30.000.000	100,000	0	0,000	30.000.000	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Participare - Administração e Participações Ltda.				80.261.100/0001-00	
Cesar Beltrão de Almeida					
567.118.329-49	Brasileira-PR	Não	Sim	31/12/2015	
Não					
1.475.367.895	25,873	0	0,000	1.475.367.895	25,873
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Denise Beltrão de Almeida Cassou					
457.314.039-53	Brasileira-PR	Não	Sim	31/12/2015	
Não					
1.475.367.895	25,873	0	0,000	1.475.367.895	25,873
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Eduarda Guimarães de Almeida					
072.601.959-32	Brasileira-PR	Não	Sim	30/08/2018	
Não					
343.382.225	6,022	0	0,000	343.382.225	6,022
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Participare - Administração e Participações Ltda.				80.261.100/0001-00	
Marcelo Beltrão de Almeida					
598.025.969-49	Brasileira-PR	Não	Sim	14/08/2019	
Não					
1.373.528.902	24,087	0	0,000	1.373.528.902	24,087
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Maria Fernanda Beltrão de Almeida					
011.169.729-80	Brasileira-PR	Não	Sim	17/02/2017	
Não					
686.764.450	12,044	0	0,000	686.764.450	12,044
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
4.517.077	0,079	0	0,000	4.517.077	0,079
Roberta Guimarães de Almeida					
072.601.969-04	Brasileira-PR	Não	Sim	30/08/2018	
Não					
343.382.225	6,022	0	0,000	343.382.225	6,022
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Participare - Administração e Participações Ltda.				80.261.100/0001-00	
TOTAL					
5.702.310.669	100,000	0	0,000	5.702.310.669	100,000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
SIAS S.p.A- Societa' Iniziative Autostradali e Servizi						
ASTM S.p.A.						
	Italiana-TO	Sim	Sim	05/07/2007		
Sim		Não há	Juridica			
140.378.186	61,693	0	0,000	140.378.186	61,693	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
87.163.970	38,307	0	0,000	87.163.970	38,307	
TOTAL						
227.542.156	100,000	0	0,000	227.542.156	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ASTM S.p.A.						
Nuova Argo Finanziaria S.p.A.						
	Italiana-AL	Não	Sim	05/07/2016		
Sim		Não há	Juridica			
56.030.292	56,597	0	0,000	56.030.292	56,597	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
42.968.308	43,403	0	0,000	42.968.308	43,403	
TOTAL						
98.998.600	100,000	0	0,000	98.998.600	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Aurelia S.r.l.						
Beniamino Gavio						
239.357.708-47	Italiana-AL	Não	Sim	03/05/2006		
Sim	João Gabriel Ferrari Xavier		Fisica	311.037.298-37		
1	28,142	0	0,000	1	28,142	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Beniamino Gavio (Beniamino Gavio,Daniela Gavio e Francesca Torti)						
	Italiana-AL	Não	Não	16/11/2009		
Sim	João Gabriel Ferrari Xavier		Fisica	311.037.298-37		
1	2,108	0	0,000	1	2,108	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Daniella Gavio						
	Italiana-AL	Não	Sim	03/05/2006		
Sim	Não há		Juridica			
1	21,220	0	0,000	1	21,220	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Aurelia S.r.l.						
Francesca Torti						
	Italiana-AL	Não	Não	02/11/2004		
Sim		Não há	Juridica			
1	0,500	0	0,000	1	0,500	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Marcello Gavio						
239.314.718-70	Italiana-AL	Não	Sim	03/05/2006		
Sim		João Gabriel Ferrari Xavier	Fisica	311.037.298-37		
1	24,515	0	0,000	1	24,515	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Marcello Gavio (Marcello Gavio e Raffaella Gavio)						
	Italiana-AL	Não	Não	27/01/2011		
Sim		João Gabriel Ferrari Xavier	Fisica	311.037.298-37		
1	0,500	0	0,000	1	0,500	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Aurelia S.r.l.						
Raffaella Gavio						
	Italiana-AL	Não	Sim	20/05/2004		
Sim		Não há	Juridica			
1	23,015	0	0,000	1	23,015	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
7	100,000	0	0,000	7	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA							
ACIONISTA							
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração			
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações (Unidades)							
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %		
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social		
Mercure Investment S.à r.l.							
Outros							
		Não	Não	27/09/2018			
Sim	Não há		Juridica				
1	100,000	0	0,000	1	100,000		
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
TOTAL	0	0.000					
OUTROS							
0	0,000	0	0,000	0	0,000		
TOTAL							
1	100,000	0	0,000	1	100,000		

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Nuova Argo Finanziaria S.p.A.						
Aurelia S.r.l.						
	Italiana-AL	Não	Sim	27/09/2018		
Sim		Não há	Juridica			
18.000.000	60,000	0	0,000	18.000.000	60,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Mercure Investment S.à r.l.						
		Não	Sim	27/09/2018		
Sim		Não há	Juridica			
12.000.000	40,000	0	0,000	12.000.000	40,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
30.000.000	100,000	0	0,000	30.000.000	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Nuova Argo Finanziaria S.p.A.						
Aurelia S.r.l.						
	Italiana-AL	Não	Sim	27/09/2018		
Sim		Não há	Juridica			
18.000.000	60,000	0	0,000	18.000.000	60,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Mercure Investment S.à r.l.						
		Não	Sim	27/09/2018		
Sim		Não há	Juridica			
12.000.000	40,000	0	0,000	12.000.000	40,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
30.000.000	100,000	0	0,000	30.000.000	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Aurelia S.r.l.						
Beniamino Gavio						
	Italiano-AL	Não	Sim	03/05/2006		
Sim	João Gabriel Ferrari Xavier		Física	311.037.298-37		
1	28,142	0	0,000	1	28,142	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Beniamino Gavio (Beniamino Gavio, Daniela Gavio e Francesca Torti)						
	Italiano-AL	Não	Não	16/11/2009		
Sim	João Gabriel Ferrari Xavier		Física	311.037.298-37		
1	2,108	0	0,000	1	2,108	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Daniella Gavio						
	Italiana-AL	Não	Sim	03/05/2006		
Sim	Não há representante legal ou mandatário		Física			
1	21,220	0	0,000	1	21,220	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)		Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Aurelia S.r.l.						
Francesca Torti						
	Italiana-AL	Não	Não	02/11/2004		
Sim	Não há representante legal ou mandatário		Física			
1	0,500	0	0,000	1	0,500	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Marcello Gavio						
	Italiano-AL	Não	Sim	03/05/2006		
Sim	João Gabriel Ferrari Xavier		Física	311.037.298-37		
1	24,515	0	0,000	1	24,515	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Marcello Gavio (Marcello Gavio e Raffaella Gavio)						
	Italiano-AL	Não	Não			
Sim	João Gabriel Ferrari Xavier		Física	311.037.298-37		
1	0,500	0	0,000	1	0,500	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Aurelia S.r.l.					
Raffaella Gavio					
	Italiana-AL	Não	Sim	20/05/2004	
Sim	Não há representante legal ou mandatário		Física		
1	23,015	0	0,000	1	23,015
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
7	100,000	0	0,000	7	100,000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Aurelia S.r.l.						
Beniamino Gavio						
239.357.708-47	Italiana-AL	Não	Sim	03/05/2006		
Sim	João Gabriel Ferrari Xavier		Física	311.037.298-37		
1	28,142	0	0,000	1	28,142	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Beniamino Gavio (Beniamino Gavio,Daniela Gavio e Francesca Torti)						
	Italiana-AL	Não	Não	16/11/2009		
Sim	João Gabriel Ferrari Xavier		Física	311.037.298-37		
1	2,108	0	0,000	1	2,108	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Daniella Gavio						
	Italiana-AL	Não	Sim	03/05/2006		
Sim	Não há		Jurídica			
1	21,220	0	0,000	1	21,220	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Aurelia S.r.l.						
Francesca Torti						
	Italiana-AL	Não	Não	02/11/2004		
Sim		Não há	Jurídica			
1	0,500	0	0,000	1	0,500	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Marcello Gavio						
239.314.718-70	Italiana-AL	Não	Sim	03/05/2006		
Sim		João Gabriel Ferrari Xavier	Física	311.037.298-37		
1	24,515	0	0,000	1	24,515	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Marcello Gavio (Marcello Gavio e Raffaella Gavio)						
	Italiana-AL	Não	Não	27/01/2011		
Sim		João Gabriel Ferrari Xavier	Física	311.037.298-37		
1	0,500	0	0,000	1	0,500	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Aurelia S.r.l.						
Raffaella Gavio						
	Italiana-AL	Não	Sim	20/05/2004		
Sim		Não há	Juridica			
1	23,015	0	0,000	1	23,015	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
7	100,000	0	0,000	7	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA							
ACIONISTA							
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração			
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações (Unidades)							
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %		
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social		
Mercure Investment S.à r.l.							
Outros							
		Não	Não	27/09/2018			
Sim	Não há		Juridica				
1	100,000	0	0,000	1	100,000		
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
TOTAL	0	0.000					
OUTROS							
0	0,000	0	0,000	0	0,000		
TOTAL							
1	100,000	0	0,000	1	100,000		

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA							
ACIONISTA							
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração			
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações (Unidades)							
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %		
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social		
Mercure Investment S.à r.l.							
Outros							
		Não	Não	27/09/2018			
Sim	Não há		Juridica				
1	100,000	0	0,000	1	100,000		
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
TOTAL	0	0.000					
OUTROS							
0	0,000	0	0,000	0	0,000		
TOTAL							
1	100,000	0	0,000	1	100,000		

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Nuova Argo Finanziaria S.p.A.						
Aurelia S.r.l.						
	Italiana-AL	Não	Sim	27/09/2018		
Sim		Não há	Juridica			
18.000.000	60,000	0	0,000	18.000.000	60,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Mercure Investment S.à r.l.						
		Não	Sim	27/09/2018		
Sim		Não há	Juridica			
12.000.000	40,000	0	0,000	12.000.000	40,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
30.000.000	100,000	0	0,000	30.000.000	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Aurelia S.r.l.						
Beniamino Gavio						
239.357.708-47	Italiana-AL	Não	Sim	03/05/2006		
Sim	João Gabriel Ferrari Xavier		Fisica	311.037.298-37		
1	28,142	0	0,000	1	28,142	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Beniamino Gavio (Beniamino Gavio,Daniela Gavio e Francesca Torti)						
	Italiana-AL	Não	Não	16/11/2009		
Sim	João Gabriel Ferrari Xavier		Fisica	311.037.298-37		
1	2,108	0	0,000	1	2,108	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Daniella Gavio						
	Italiana-AL	Não	Sim	03/05/2006		
Sim	Não há		Juridica			
1	21,220	0	0,000	1	21,220	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)		Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Aurelia S.r.l.						
Francesca Torti						
	Italiana-AL	Não	Não	02/11/2004		
Sim	Não há		Juridica			
1	0,500	0	0,000	1	0,500	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Marcello Gavio						
239.314.718-70	Italiana-AL	Não	Sim	03/05/2006		
Sim	João Gabriel Ferrari Xavier		Fisica	311.037.298-37		
1	24,515	0	0,000	1	24,515	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
Marcello Gavio (Marcello Gavio e Raffaella Gavio)						
	Italiana-AL	Não	Não	27/01/2011		
Sim	João Gabriel Ferrari Xavier		Fisica	311.037.298-37		
1	0,500	0	0,000	1	0,500	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Aurelia S.r.l.						
Raffaella Gavio						
	Italiana-AL	Não	Sim	20/05/2004		
Sim		Não há	Juridica			
1	23,015	0	0,000	1	23,015	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
7	100,000	0	0,000	7	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA							
ACIONISTA							
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração			
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações (Unidades)							
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %		
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social		
Mercure Investment S.à r.l.							
Outros							
		Não	Não	27/09/2018			
Sim		Não há	Juridica				
1	100,000	0	0,000	1	100,000		
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %					
TOTAL	0	0.000					
OUTROS							
0	0,000	0	0,000	0	0,000		
TOTAL							
1	100,000	0	0,000	1	100,000		

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	15/04/2019
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

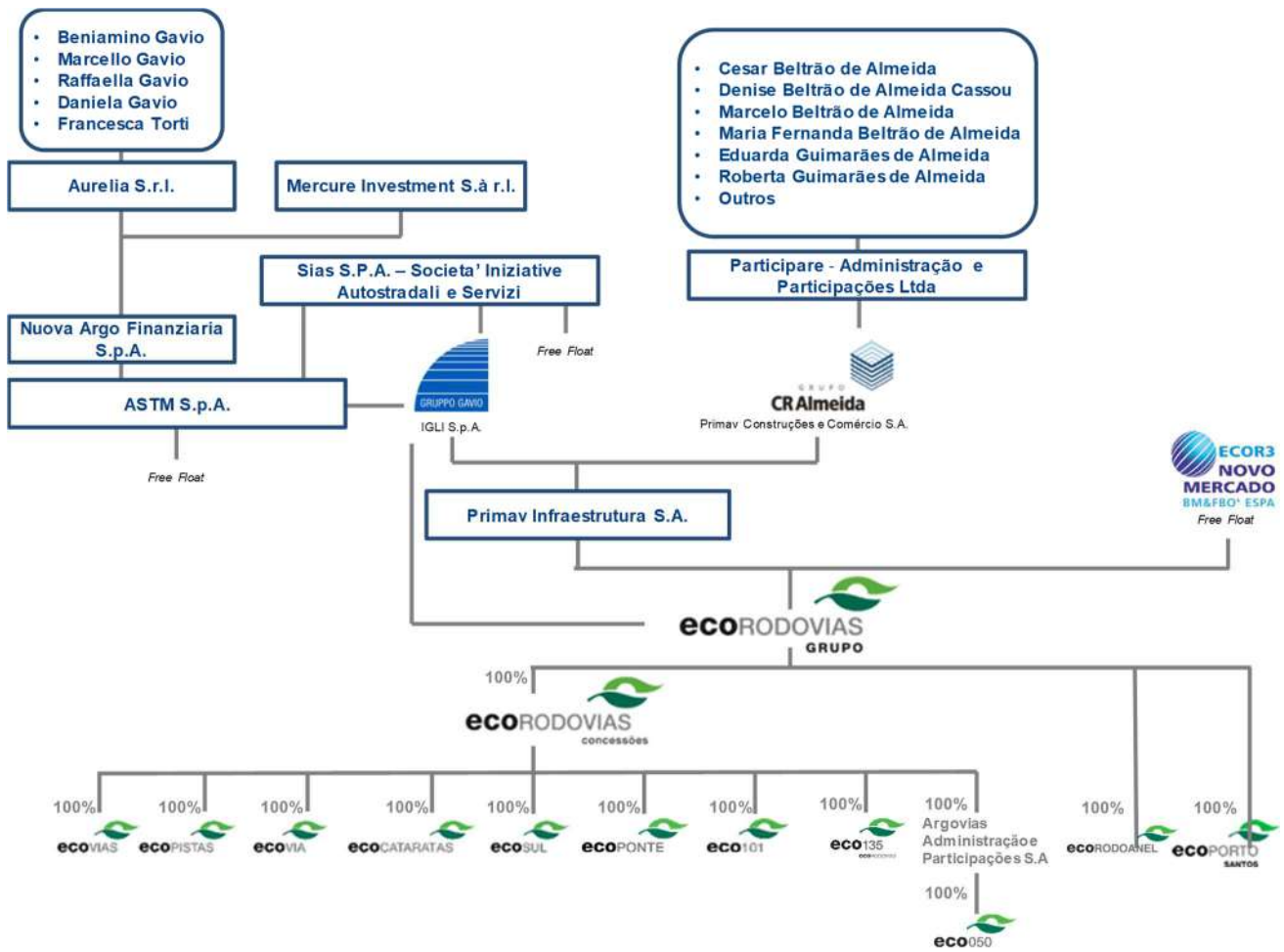
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	0	0,000%

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Para informações sobre as posições acionárias, vide itens 15.1 e 15.2 deste Formulário de Referência.



15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

15.7 - Principais operações societárias

Exercício 2018

A) Evento

Constituição de Sociedade de Propósito Específico (“SPE”)

B) Principais condições do negócio

Em 06 de fevereiro de 2018, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (“ECS”) foi classificada em primeiro lugar na Concorrência Pública Internacional 006/2017, por meio da Secretária de Estado de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais (“SETOP”), para exploração por 30 anos do lote de rodovias do Estado de Minas Gerais composto pelos seguinte trechos: (i) BR-135, com extensão 301,20 km; (ii) MG-231, com extensão 22,65 km; e (iii) LMG-754, com extensão 40,10 km, totalizando 363,95 km conforme edital.

A classificação se deu em razão da maior oferta pela outorga da concessão que será paga em 348 parcelas mensais no valor de R\$5,9 milhões com reajuste pelo IPCA, a partir do 1º mês do 2º ano de vigência do contrato da concessão, correspondente a um total de R\$2,06 bilhões.

Em 18 de abril de 2018, foi constituída a SPE denominada ECO135 Concessionaria de Rodovias S.A. para exploração do referido lote.

C) Sociedades envolvidas

- Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.
- ECO135 Concessionaria de Rodovias S.A.

D) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia

Não há.

E) Quadro societário antes e depois da operação

	ECO135 Concessionaria de Rodovias S.A.	
	Antes	Depois
	%Total	%Total
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	0,0%	100,0%

F) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Não aplicável.

A) Evento

Aquisição societária.

B) Principais condições do negócio

Em 01 de fevereiro de 2018, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (“ECS”) celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações com os acionistas da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. (“MGO”) referente a aquisição, pela ECS, de 100% do capital social da MGO, por meio, na data do fechamento, da holding da Argovias Administração e Participações S.A.. O valor da aquisição foi de R\$654,8 milhões e foi liquidado em 30 de maio de 2019.

C) Sociedades envolvidas

- Ellenco Participações Ltda. (“Ellenco”)
- Senpar Ltda. (“Senpar”)
- Construtora Estrutural Ltda. (“Estrutural”)
- Vale do Rio Novo Engenharia e Construções Ltda. (“Vale do Rio Novo”)
- Engenharia e Comércio Bandeirantes Ltda. (“Bandeirantes”)
- Maqterra Transportes e Terraplenagem Ltda. (“Maqterra”)
- Construtora Kamilos Ltda. (“Construtora Kamilos”)
- Clovis Fernando Greca (“Clovis”)
- Enivaldo Mendes (“Enivaldo”)

15.7 - Principais operações societárias

- Paulo Augusto Franzine (“Paulo Franzine”)
- Marcelo Franzine (“Marcelo”)
- Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.
- Argovias Administração e Participações S.A.
- Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A.
- GREGOR Participações Ltda. (“Gregor”)
- TCL Tecnologia e Construções Ltda. (“TCL”)

D) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia
Não há.

E) Quadro societário antes e depois da operação

	Argovias Administração e Participações S.A.	
	Antes	Depois
	%Total	%Total
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	0,0%	100,0%
Ellenco	11,11%	0,0%
Senpar	11,11%	0,0%
Estrutural	11,11%	0,0%
Vale do Rio Novo	11,11%	0,0%
Bandeirantes	11,11%	0,0%
Maqterra	11,11%	0,0%
Construtora Kamilos	11,11%	0,0%
Clovis	11,11%	0,0%
Enivaldo	5,50%	0,0%
Paulo Franzine	1,49%	0,0%
Marcelo	1,12%	0,0%

F) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas
Não aplicável.

A) Evento

Aquisição e consolidação de controle societário.

B) Principais condições do negócio

Em 16 de janeiro de 2018, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (“ECS”) celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações com Grant Concessões e Participações Ltda. (“Grant”) referente a aquisição, pela ECS, de 10% do capital social da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul (“Ecosul”) detido pela Grant.

A conclusão da compra estava sujeita ao cumprimento de certas condições precedentes usuais, tais como comunicação prévia à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) e aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. A operação foi concluída em março de 2018.

A ECS pagará R\$60 milhões por essa participação, sendo que (i) a 1ª parcela (R\$44 milhões) será paga na data de fechamento, e (ii) a 2ª parcela (R\$16 milhões, corrigidos pelo CDI) será paga 60 dias contados do pagamento da 1ª parcela.

C) Sociedades envolvidas

- Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.
- Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul
- Grant Concessões e Participações Ltda.

D) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia

15.7 - Principais operações societárias

Não há.

E) Quadro societário antes e depois da operação

	Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A.	
	Antes	Depois
	%Total	%Total
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	90,0%	100,0%
Grant Concessões e Participações Ltda.	10,0%	0,0%

F) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Não aplicável.

A) Evento

Constituição de Sociedade de Propósito Específico ("SPE")

B) Principais condições do negócio

Em 10 de janeiro de 2018, a Ecorodovias foi classificada em primeiro lugar na Concorrência Internacional nº 01/2017 para a concessão da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos como implantação de equipamentos de tráfego e atendimento ao usuário do Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas por um prazo de 30 anos a partir da assinatura do contrato. A classificação se deu em razão do maior valor do ágio ofertado, correspondente a R\$420.632.986,00.

Em 8 de março de 2018, foi constituída a SPE denominada Concessionaria do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel para exploração do referido lote. Até a data de 29 de maio de 2018 o contrato não foi assinado. Até a data de 29 de maio de 2018 o contrato não foi assinado.

C) Sociedades envolvidas

- Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.
- Concessionaria do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel

D) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia

Não há.

E) Quadro societário antes e depois da operação

	Concessionaria do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel	
	Antes	Depois
	%Total	%Total
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.	0,0%	100,0%

F) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Não aplicável.

Exercício 2017**A) Evento**

Alienação e consolidação de controle societário.

B) Principais condições do negócio

15.7 - Principais operações societárias

Em 27 de dezembro de 2017, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("ECS") celebrou Contratos de Compra e Venda de Ações com Coimex Empreendimentos e Participações Ltda., Rio Novo Locações Ltda., A. Madeira Indústria e Comércio Ltda., Urbesa Administração e Participações Ltda., Tervap Pitanga Mineração e Pavimentação Ltda., Contek Engenharia S.A. e MMF Empreendimentos e Participações Ltda., que compõem a Centaurus Participações S.A. ("Centaurus") e com a Grant Concessões e Participações Ltda. ("Grant") referentes a aquisição, pela ECS, de 42% do capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. ("ECO101"), detidos pela Grant e pelos acionistas da Centaurus.

A ECS pagará por essa participação o valor de R\$46.650.000,00 em 60 parcelas, corrigidas a partir de agosto de 2017 pelo IPCA, com dois anos de carência a partir da data de assinatura do contrato.

A conclusão da compra está sujeita à verificação de condições precedentes usuais, as quais incluem a comunicação prévia à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), aprovação do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

C) Sociedades envolvidas

- Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.
- Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.
- Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.
- Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.
- Rio Novo Locações Ltda.
- A. Madeira Indústria e Comércio Ltda.
- Urbesa Administração e Participações Ltda.
- Tervap Pitanga Mineração e Pavimentação Ltda.
- Contek Engenharia S.A.
- MMF Empreendimentos e Participações Ltda.
- Centaurus Participações S.A.
- Grant Concessões e Participações Ltda.

D) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia

Não há.

E) Quadro societário antes e depois da operação

			Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.	
			Antes	Depois
			%Total	%Total
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	e		58,0%	100,0%
Centaurus Participações S.A.			27,5%	-
Grant Concessões e Participações Ltda.	e		14,5%	-

F) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Não aplicável.

A) Evento

Transferência de controle acionário da Elog S.A..

B) Principais condições do negócio

Em 12 de dezembro de 2017, a Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. celebrou um Contrato de Compra e Venda de Ações, o qual tem por objeto a alienação de 100% do capital social da Elog S.A. para a Multilog S.A.

15.7 - Principais operações societárias

A conclusão da alienação estava sujeita à verificação de certas condições precedentes, dentre as quais incluem a aprovação prévia da Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, a transferência das quotas do Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (“Ecopátio”) pela Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. e o pagamento da totalidade da dívida da Elog S.A.. Em 6 de março de 2018 tal operação foi concluída.

C) Sociedades envolvidas

- Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.
- Elog S.A.
- Multilog S.A.
- Primeinvest Empreendimentos Imobiliários S.A.

D) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia

Não há.

E) Quadro societário antes e depois da operação

	Elog S.A	
	Antes	Depois
	%Total	%Total
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.	100,0%	0,0%
Multilog S.A.	0,0%	100,0%

F) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Não aplicável.

A) Evento

Aquisição de ações.

B) Principais condições do negócio

Em 25 de maio de 2017 a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (“Companhia”) tomou ciência, por meio de correspondência que lhe foi encaminhada por sua co-controladora, Igli S.p.A., que adquiriu 12.835.000 ações ordinárias de emissão da Companhia com o objetivo estritamente de investimento e não objetivando alteração do controle acionário ou estrutura administrativa da Companhia.

C) Sociedades envolvidas

- Igli S.p.A.
- EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

D) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia

Não há.

E) Quadro societário antes e depois da operação

	EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.			
	Antes		Depois	
	ON	%ON	ON	%ON
Primav Infraestrutura S.A.	357.504.226	64,0%	357.504.226	64,0%
Igli S.p.A.	0	0,0%	12.835.000	2,3%
Ações em tesouraria	2.232.992	0,4%	2.232.992	0,4%
Free float	198.961.862	35,6%	186.126.862	33,3%

F) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

15.7 - Principais operações societárias

Não aplicável.

A) Evento

Aquisição de ações.

B) Principais condições do negócio

Em 4 de maio de 2017 a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. tomou ciência, por meio de correspondência que lhe foi encaminhada por sua co-controladora, Igli S.p.A., que adquiriu 16.714.554 ações preferenciais de emissão da Primav Infraestrutura S.A..

C) Sociedades envolvidas

- Igli S.p.A.
- Primav Construções e Comércio S.A. ("Primav Construções")
- Primav Infraestrutura S.A.

D) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia
Não há.**E) Quadro societário antes e depois da operação**

Primav Infraestrutura S.A.						
Antes						
	ON	%ON	PN	%PN	Total	Total%
Primav Construções	103.295.946	50,0%	16.714.554	13,1%	120.010.500	35,9%
Igli S.p.A.	103.295.946	50,0%	103.295.946	86,9%	214.280.586	64,1%

Primav Infraestrutura S.A.						
Depois						
	ON	%ON	PN	%PN	Total	Total%
Primav Construções	103.295.946	50,0%	0	0,0%	103.295.946	30,9%
Igli S.p.A.	103.295.946	50,0%	127.699.194	100,0%	230.995.140	69,1%

F) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Não aplicável.

Exercício 2016**A) Evento**

Reorganização societária.

B) Principais condições do negócio

Em 13 de dezembro 2016, foi aprovada a reorganização societária pela transferência da totalidade de ações da Primav Construções e Comércio S.A detidas pela CR Almeida S.A. em 70% para a Participare Administração e Participações Ltda. ("Participare") e 30% para Pio XII - Participações Societárias e Administração de Bens Próprios S/A ("Pio XII").

C) Sociedades envolvidas

As sociedades envolvidas são:

- Participare Administração e Participações Ltda.
- Pio XII - Participações Societárias e Administração de Bens Próprios S/A
- CR Almeida S.A.
- Primav Construções e Comércio S.A.

15.7 - Principais operações societárias

D) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia
Não há.

E) Quadro societário antes e depois da operação

	Primav Construções e Comércio S.A.			
	Antes		Depois	
	Total	%Total	Total	%Total
Participare	0	0,0%	1.120.125.392	70,0%
Pio XII	0	0,0%	480.053.739	30,0%
CR Almeida S.A.	1.600.179.131	100,0%	0	0,0%

F) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas
Não aplicável.

A) Evento

Transferência de controle acionário.

B) Principais condições do negócio

Em 2 de julho de 2016, celebraram Contrato de Compra e Venda de Quotas, o qual tem por objeto a alienação, para a Multilog S.A., de 100% do capital social da Elog Logística Sul Ltda., Maringá Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda. e Maringá Armazéns Gerais Ltda.

Em 6 de outubro de 2016, após o cumprimento das condições precedentes, foi concluída, por meio de celebração do Termo de Fechamento e efetiva transferência de quotas, a operação de alienação de 100% do capital social da Elog Logística Sul Ltda., Maringá Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda. e Maringá Armazéns Gerais Ltda. para a Multilog S.A. pelo valor total de R\$115 milhões.

C) Sociedades envolvidas

- Elog S.A.
- Multilog S.A.
- Elog Logística Sul Ltda
- Maringá Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda.
- Maringá Armazéns Gerais Ltda

D) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia
Não há.

E) Quadro societário antes e depois da operação

	Elog Logística Sul Ltda	
	Antes	Depois
	%Total	%Total
Elog S.A	100,0%	0,0%
Multilog S.A.	0,0%	100,0%

	Maringá Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda.	
	Antes	Depois
	%Total	%Total
Elog S.A	100,0%	0,0%
Multilog S.A.	0,0%	100,0%

Maringá Armazéns Gerais Ltda	
Antes	Depois

15.7 - Principais operações societárias

	%Total	%Total
Elog S.A	100,0%	0,0%
Multilog S.A.	0,0%	100,0%

F) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Não aplicável.

A) Evento

Transferência de controle acionário.

B) Principais condições do negócio

Em 4 de maio de 2016, após o cumprimento das condições precedentes, em linha com o Fato Relevante divulgado em 18 de dezembro de 2015 acerca do Acordo de Investimento celebrado pela Primav e sua controladora CR Almeida S.A. – Engenharia e Construções (“CRASA” e, em conjunto com Primav, “Grupo CR Almeida”) com SIAS – Società Iniziative Autostradari e Servizi S.p.A (“SIAS”) e ASTM S.p.A. (“ASTM” e, em conjunto com SIAS, “ASTM/SIAS (Gruppo Gavio)”, “Acordo de Investimento” e “Operação”, respectivamente), que, obtidas as aprovações necessárias e satisfeitas as condições precedentes, nesta data, o Grupo CR Almeida e a ASTM/SIAS (Gruppo Gavio) concluíram a Operação, tendo sido realizado na Primav Infraestrutura S/A (“Newco”) um aporte de capital, no montante total de R\$2.224.000.000,00, sendo R\$2.104.000.000,00 pela Igli S.p.A., veículo de investimento de ASTM/SIAS (Gruppo Gavio) e R\$120.000.000,00 pela Primav.

A Primav transferiu para a Newco, ainda, determinados ativos e passivos previstos no Acordo de Investimento, incluindo a totalidade da participação acionária detida pela Primav na EcoRodovias.

Com a realização do investimento acima mencionado, a Primav passou a ser titular de 50,0% das ações ordinárias e 13,09% das ações preferenciais sem direito a voto de emissão da Newco, totalizando, entre ações ordinárias e preferenciais, 35,9% do capital social total da Newco, e a ASTM/SIAS (Gruppo Gavio), por meio da Igli S.p.A., passou a deter 50,0% das ações ordinárias e 86,91% das ações preferenciais sem direito a voto da Newco, totalizando, entre ações ordinárias e preferenciais, 64,1% do capital total da Newco.

A participação detida pela Newco no capital social da EcoRodovias é de 64,0%, enquanto que a participação indireta detida na EcoRodovias por Primav e Igli é de, aproximadamente, 23% e 41% do seu capital social, respectivamente.

Foi ainda celebrado, nesta data, Acordo de Acionistas da Newco, vinculando 100% das ações ordinárias de emissão da Newco, o qual prevê uma estrutura de compartilhamento de controle entre a Primav e a Igli S.p.A., através da qual as decisões da assembleia e do conselho de administração da Newco serão tomadas por consenso (“Acordo de Acionistas”).

C) Sociedades envolvidas

- Primav Construções e Comércio S.A.
- Primav Infraestrutura S.A.(“Newco”)
- Igli S.p.A.

D) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia

Após a operação a Igli S.p.A. passou a ter 86,9% das ações preferenciais e 50,0% das ações ordinárias da Newco e a Primav Construções e Comércio S.A. passou a ter 13,1% das ações preferenciais e 50,0% das ações ordinárias.

E) Quadro societário antes e depois da operação

Primav Infraestrutura S.A.(“Newco”)					
Antes					
ON	%ON	PN	%PN	Total	%Total

15.7 - Principais operações societárias

Igli S.p.A.	0	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Primav Construções	0	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Primav Infraestrutura S.A. ("Newco")						
Depois						
	ON	%ON	PN	%PN	Total	%Total
Igli S.p.A.	103.295.946	50,0%	110.984.640	86,9%	214.280.586	64,1%
Primav Construções	103.295.946	50,0%	16.714.554	13,1%	120.010.500	35,9%

F) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Celebração do Acordo de Investimento entre os acionistas.

15.8 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”) julgue relevantes para os itens 15.1 a 15.7 deste formulário.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”), por estar registrada na categoria “B”.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	01/01/2018	4.796.520,00	R\$357.436,19	R\$94.256,37	01/01/2018 A 31/12/2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora Direta						
Objeto contrato	Prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Não aplicável						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CR Almeida S.A Engenharia	28/06/2016	55.299.542,90	R\$0,00	R\$0,00	De 28/06/2016 a 09/12/2017	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Detém participação na Primav Infraestrutura S.A., controladora do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte						
Objeto contrato	Prestação de serviços de execução de serviços de implantação de passagem subterrânea (Mergulhão), duas passarelas para pedestres e melhorias do sistema viário						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Não aplicável						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	01/01/2016	9.502.686,88	R\$0,00	R\$0,00	De 01/01/2016 a 31/12/2017	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador direto da Compahia						
Objeto contrato	Prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas						
Garantia e seguros	Não há						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Não aplicável						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A	01/01/2017	228.315,71	R\$228.315,71	Impossível auferir	01/01/2017 a 31/05/2045	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora Direta						
Objeto contrato	Permissão de uso de faixa de domínio						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Não aplicável						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A	01/01/2017	426.189,33	R\$426.189,33	Impossível auferir	01/01/2017 a 31/05/2045	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladora Direta						
Objeto contrato	Locação de fibra óptica						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Não aplicável						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Consórcio Alças da Ponte	01/04/2018	228.604.584,89	R\$6.055.451,65	R\$198.288.048,20	01/04/2018 a 31/03/2020	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Formado pelas empresas CR Almeida Engenharia de Obras S.A., que detém participação na Primav Infraestrutura S.A., e Itinera Construções, parte relacionada da IGLI S.p.A., que também detém participação na Primav Infraestrutura S.A., controladora do Grupo EcoRodo9vias, do qual a Companhia faz parte						
Objeto contrato	Prestação de serviços de execução e implantação da alça de acesso entre a Ponte Rio-Niterói com a Linha Vermelha e Avenida Portuária na cidade do Rio de Janeiro.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado***a. identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses;***

Para tratar questões de conflitos de interesses, a Companhia adota, em adição ao exigido pela legislação vigente, certas práticas de governança corporativa. Neste sentido, a Companhia possui Instrução Normativa de Conflito de Interesse datada de 11 de dezembro de 2018, que estabelece princípios, diretrizes e regras sobre situações de conflito de interesses que envolvam a Companhia e seus colaboradores com terceiros. Ademais, todas as decisões acerca das operações da Companhia com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração, conforme definido no Estatuto Social da Companhia.

Ainda, quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

b. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado;

As operações pactuadas com partes relacionadas descritas no item 16.2 deste Formulário de Referência são devidamente formalizadas mediante celebração de contratos com cláusulas e condições refletindo os preços e práticas de mercado, sempre tendo como objetivo o os interesses da Companhia e o desenvolvimento de suas atividades. Nesse sentido, o caráter comutativo das transações pode ser comprovado observando-se os termos e condições apresentados nos contratos descritos no item 16.2 deste Formulário de Referência, inclusive no que se refere à natureza e razões para a operação e as taxas de juros aplicadas, nos casos de empréstimo.

Adicionalmente, conforme informado no item 16.1 deste Formulário de Referência, todas as transações entre as partes relacionadas estão à disposição dos membros do Conselho de Administração, que poderão solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado.

16.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”) julgue relevantes para os itens 16.1 a 16.3 deste formulário.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
14/05/2019	147.367.960,00		147.367.960	0	147.367.960
Tipo de capital	Capital Subscrito				
14/05/2019	147.367.960,00		147.367.960	0	147.367.960
Tipo de capital	Capital Integralizado				
14/05/2019	147.367.960,00		147.367.960	0	147.367.960
Tipo de capital	Capital Emitido				
29/04/2015	120.000.000,00		120.000.000	0	120.000.000
Tipo de capital	Capital Subscrito				
29/04/2015	120.000.000,00		120.000.000	0	120.000.000
Tipo de capital	Capital Integralizado				
29/04/2015	120.000.000,00		120.000.000	0	120.000.000
Tipo de capital	Capital Autorizado				
29/04/2015	120.000.000,00		120.000.000	0	120.000.000

17.2 - Aumentos do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”) julgue relevantes para os itens 17.1 a 17.4 deste formulário.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”), por estar registrada na categoria “B”.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”), por estar registrada na categoria “B”.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”) não possui outros valores mobiliários emitidos no Brasil.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”) não possui outros valores mobiliários emitidos no Brasil.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

A Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Eco ponte (“Companhia”) não possui títulos emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor**Exercício social de 2018:**

Não ocorreram ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia.

Exercício social de 2017:

Não ocorreram ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia.

Exercício social de 2016:

Não ocorreram ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”), por estar registrada na categoria “B”.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”), por estar registrada na categoria “B”.

18.12 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”) julgue relevantes para os itens 18.1 a 18.11 deste formulário.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Não há outras informações que a Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”) julgue relevantes para os itens 19.1 a 19.2 deste formulário.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Companhia") por estar registrada na categoria "B".

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”) julgue relevantes para o item 20.1 deste formulário.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”), por estar registrada na categoria “B”.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”), por estar registrada na categoria “B”.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

Conforme Instrução Normativa CVM 480/09, este item é facultativo à Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. – Ecoponte (“Companhia”), por estar registrada na categoria “B”.

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A.- Ecoponte ("Companhia") julgue relevantes para os itens 21.1 a 21.3 deste formulário.